

Venda para o Governo

Um Curso para quem vive o dia a dia em Licitações.

Lei nº 14.133/2021
Paulo Medeiros Mesquita
Celular/Whatsapp: (48)99122-6721
E-mail: paulo@lider.inf.br
Skype: pmquita@hotmail.com



Líder Licitações

- **Produtos:**
 - Boletim Informativo de Licitações;
 - Boletim Informativo de Resultados;
 - Boletim Informativo de Compras;
 - Curi, Araújo e Machado – Consultoria Jurídica;
 - Treinamento – Cursos de Licitações.

Líder Licitações

- Acesso às Informações:
 - Banco de Dados na Internet;
 - Link: <https://app.lider.inf.br/Geral/Login.aspx?ReturnUrl=%2fRestrito%2fDefault.aspx>
 - Login : 01048766000109P1 - Senha: *****
 - Acesso ao Banco de Dados: e vá em
 - "Clique aqui para acessar a nova área de clientes!"
 - Áreas de Interesse;
 - Link: <http://www.lider.inf.br/areas.php>

Sumário

- A presente apresentação está dividida nos seguintes tópicos:
- Introdução
- Inovações trazidas pela Lei 14.133/2021:
 - Comentários Gerais
 - Âmbito da aplicação da nova Lei
 - Regras de Transição
 - Princípios e Objetivos
 - Definições
 - Regulamentação da nova Lei

Sumário

- Contratação Direta pela Lei 14.133/2021
 - Noções Gerais
 - Licitação Dispensada
 - Licitação Dispensável
 - Inexigibilidade de Licitação
 - Instrução do Processo

Sumário

- Infrações e sanções administrativas
 - Condutas Ilícitas
 - Penas Aplicáveis
 - Dosimetria das penas
 - Abrangência e eficácia das sanções
 - Reabilitação de licitantes
 - O processo sancionador
 - Desconsideração de personalidade

Sumário

- Controle das contratações e papel do TCU a partir da Nova Lei de Licitações
- Conclusão e Considerações Finais

Vigência das Leis

- Art. 193. Revogam-se:
 - Eu- os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;
 - II- a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.
 - II - em 30 de dezembro de 2023:
 - a) a Lei nº 8.666, de 1993;
 - b) a Lei nº 10.520, de 2002; e
 - c) os art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 2011.
- Art. 194. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Introdução

- O artigo 22, inciso XXVII da CF definem **a competência** e os artigos 34, inciso XXI, e 175 dispõem sobre a obrigatoriedade do procedimento licitatório para a **aquisição de bens ou serviços pelo Estado: a licitação é a regra.**

Introdução

- Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
 - XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

Introdução

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
 - [...]
 - XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- [...]
- Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Introdução

- Com base nesses dispositivos, foram elaboradas as seguintes normas de âmbito nacional:
 - Lei 8.666/1993 – que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
 - Lei 10.520/2002 – que institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada Pregão;
 - Lei 12.232/2010 – que dispõe sobre normas gerais para licitação e contratação pela Administração Pública de serviços de publicidade;
 - Lei 12.462/2011 – que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC); e
 - Lei 13.303/2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas estatais;

Introdução

- Poucos estados editaram normas específicas de licitação, são eles:
 - Rio de Janeiro – Lei 287/1979;
 - Maranhão – Lei 9.579/2012 (revogada);
 - Bahia – Lei 9.433/2005;
 - Sergipe – Lei 5.848/2006;
 - Paraná – Lei 15.608/2007.

Avanços da Nova Lei

- Avanços da Nova Lei
 - Inversão de fases, adota o critério do Pregão como regra inicial;
 - Incorporação de vários institutos e procedimentos que foram manejados, inicialmente, na jurisprudência do TCU. A título de exemplo, cabe listar os seguintes:
 - Definições de superfaturamento e sobrepreço (Roteiro de Auditoria de Obras Públicas);
 - Imposição de práticas de planejamento, gestão de riscos e melhor governança nas contratações públicas (Acórdão 2.622/2015-Plenário);
 - Especificação de fontes de pesquisa de preço para estimativa do valor da licitação para aquisição de bens e contratação de serviços em geral (Acórdão 2.170/2007-Plenário);
 - Uso do Banco de Preços da Saúde (BPS) (Acórdão 247/2017-Plenário);

Avanços da Nova Lei

- **Possibilidade de indicação de marca**, desde que circunstancialmente motivada (Acórdão 1.521/2003-Plenário);
- Vistoria Prévia ao local da obra somente quando imprescindível ao cumprimento adequado das obrigações contratuais, podendo ser substituída por declaração (Acórdão 234/2015, 802/2016 e 2.361/2018, todos do Plenário);
- Credenciamento;
- Adjudicação por itens como regra geral no Sistema de Registro de Preços (SRP);
- Uso do SRP para serviços comuns de engenharia, em que a demanda pelo objeto é repetida e rotineira (Acórdão 3.605/2014-Plenário);
- Diferenciação entre reajuste e repactuação na contratação de serviços contínuos (Acórdão 1.827/2008-Plenário);
- Contratação integrada a partir de elementos oriundos de anteprojeto e projeto com nível de detalhamento de projeto básico, com possibilidade de modificação pela contratada (Acórdão 2.745/2013-Plenário);
- Matriz de riscos (Acórdão 1.510/2013-Plenário);

Inovações

- A Lei n. 14.133/2021 (nova lei de licitações) trouxe uma série de modificações relevantes nas contratações públicas, em relação ao regime jurídico anterior, regido pela Lei n. 8.666/93, as quais, a pedido do Portal Economic News, buscamos listar abaixo, de forma resumida e objetiva, como contribuição para facilitar a compreensão pelas empresas que se relacionam com o Poder Público:
 - Obrigatoriedade de previsão contratual do prazo para resposta aos pedidos de repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro;
 - Previsão expressa da possibilidade de utilização da arbitragem para solucionar conflitos patrimoniais, especialmente questões relacionadas ao reequilíbrio econômico-financeiro;

Inovações

- Modalidades de contratação integrada, contratação semi-integrada e o contrato de eficiência conceituadas nos seguintes termos:
 - **Contratação Integrada:** Regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;
 - **Contratação Semi-integrada:** Regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;
 - **Contrato de Eficiência:** Contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada.

Inovações

- **Obrigatoriedade de programa de integridade (compliance) para contratação de grande vulto** – A exigência não é uma condição para participação de licitações, mas sim uma adequação a ser realizada em até 06 meses após a contratação ser efetivada, indicando um caminho de busca por contratações mais seguras e que evitem (ou minorem) desperdícios de recursos públicos com corrupção e outros malfeitos.
- **Portal nacional de contratações públicas** – Uma grande inovação trazida pela Lei nº 14.133/2021, que servirá para publicações de todos os editais de licitações da administração pública, contratos, banco de preços, de modo a gerar mais transparência para a sociedade e para as empresas.

Inovações

- **Contrato de Eficiência:** Contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada.
- **Fornecimento e prestação de serviço associado** – Regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado.
- **Ênfase na governança e no planejamento** – Diversas medidas foram implementadas neste sentido, como a Criação da Matriz de Riscos dos Contratos.
- **Inversão de fases da licitação como regra e utilização de meios eletrônicos como regra** – A Nova Lei de Licitações, como acontece no pregão, utilizou-se a fase de abertura de preços como sendo um momento prévio à habilitação, de modo a desestimular as intermináveis discussões acerca da documentação apresentada pelas empresas.

Não serão abrangidas pela norma

- As contratações realizadas pelas empresas estatais, sujeitas à Lei 13.303/2016, ressalvado as disposições contidas no Código Penal acerca dos crimes em licitações e contratos administrativos;
- As contratações realizadas no âmbito da repartições públicas sediadas no exterior, que devem observar as peculiaridades locais e princípios básicos estabelecidos na nova lei de licitações e contratos administrativos, na forma de regulamentação específica a ser editada por Ministro de Estado; e
- As licitações que envolvam **recursos provenientes de empréstimo ou doação de agência oficial de cooperação estrangeira** ou de organismo de acordos internacionais ou de normas e procedimentos desses organismos;
- Art. 1º, §§ 1º, 2º e 3º

Abrangência

- O campo da aplicação objetiva da Lei engloba:
 - Alienação e concessão de direito real de uso de bens;
 - Compras, inclusive por encomenda;
 - Locação, concessão e permissão de uso de bens públicos;
 - Prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;
 - Obras e serviços de arquitetura e engenharia; e
 - Contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- As contratações referentes à gestão das reservas internacionais do país, inclusive de serviços conexos ou acessórios, serão disciplinados em ato normativo próprio do Banco Central, observados os princípios previstos no caput do art. 37 da CF.
- Art. 2º e § 5º do Art.1º

Não são abrangidas pela Nova Lei

- As contratações sujeitas a norma previstas em legislação própria, tais como os **serviços de publicidade e propaganda**; e
- Contratos que tenham por objeto **operações de crédito interno e externo** e **gestão da dívida pública**, aí incluídas contratações de agente financeiro e de concessão de garantia relacionadas a tais contratos.
- O Contrato relativo a imóvel do patrimônio da União ou de suas autarquias e fundações continuará regido pela legislações pertinente, aplicada a Lei 14.133/2021 subsidiariamente;
- Art. 3º

Leis Revogadas

- Art. 193. Revogam-se:
 - I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;
 - II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.
 - II - em 30 de dezembro de 2023:
 - a) a Lei nº 8.666, de 1993;
 - b) a Lei nº 10.520, de 2002;
 - c) os art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 2011

Aplicação da Nova Lei

- Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que:
 - I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023;
 - II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta
- § 1º Na hipótese do caput, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193, o respectivo contrato será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.
- § 2º É vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no inciso II do caput do art. 193.

Micros e Pequenas Empresas – Tratamento Diferenciado

- Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:
 - I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
 - II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Micros e Pequenas Empresas – Tratamento Diferenciado

- § 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade **exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.**
- § 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Princípios

- Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade**, da **impressoalidade**, da **moralidade**, da **publicidade**, da **eficiência**, do **interesse público**, da **proibidade administrativa**, da **igualdade**, do **planejamento**, da **transparência**, da **eficácia**, da **segregação de funções**, da **motivação**, da **vinculação ao edital**, do **julgamento objetivo**, da **segurança jurídica**, da **razoabilidade**, da **competitividade**, da **proporcionalidade**, da **celeridade**, da **economicidade** e do **desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Princípios e Objetivos

- O Conceito de princípio jurídico é um dos mais relevantes no mundo do Direito. Contudo, apesar de inegável relevância, ainda não existe unanimidade sobre o conceito, inclusive no que concerne à distinção entre princípios e regras.
- Entender-se-á por princípios as normas, explícitas ou implícitas, que determinam as diretrizes fundamentais a serem observadas quando da elaboração, interpretação, aplicação e integração das leis.

Princípios e Objetivos

- As contratações devem ocorrer:
 - Em um ambiente em que sejam fornecidas iguais condições para todos quantos quiserem participar (Princípios da **Igualdade**);
 - Consoante os procedimentos previstos no instrumento convocatório (princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**);
 - De forma a serem evitados quaisquer favorecimentos ou preferências pessoais por parte dos administradores públicos (princípios da **impeccabilidade** e do **julgamento objetivo**);
 - Buscando-se a proposta mais vantajosa para entidade e que melhor atenda ao interesse público (princípios da **moralidade**, da **proibição administrativa**, da **eficiência** e da **economicidade**);

Princípios e Objetivos

- As contratações devem ocorrer:
 - Destaque-se, ainda, o **princípio da publicidade**, de acordo com o qual deve ser dado a todos o conhecimento da existência do certame e dos atos da administração. Assim, com esta necessária transparência nas contratações públicas, visa-se primordialmente:
 - Divulgar o certame a todos os possíveis interessados, de forma a propiciar melhores propostas para empresa estatal e garantir a isonomia de tratamento; e
 - Possibilitar aos atores sociais, incluindo os órgãos de controle, a verificação da regularidade dos atos praticados;
 - O acesso a informação de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, cabe ressaltar, está alçado à condição de direito fundamental (Art. 5º, inciso XXXIII, da CF) e foi regulamentado pela Lei nº 12.527/2011.

Princípios e Objetivos

- As contratações devem ocorrer:
 - Com relação ao princípio do **desenvolvimento nacional sustentável**, observa-se que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado está expressamente previsto no texto constitucional, segundo o qual compete ao Poder Público, além da coletividade, defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
 - De forma a assegurar a efetividade desse direito, a CF atribui ao Poder Público diferentes obrigações e erigiu a defesa do Meio Ambiente com um dos princípios de orientação da atividade econômica nacional (Artigos 170 e 225).
 - Dando concreção a este princípio, o Art. 144 da Lei 14.133, estabeleceu a possibilidade de adoção de **remuneração variável condicionada ao atendimento de critérios de sustentabilidade ambiental pelo contratado**.

Princípios e Objetivos

- As contratações devem ocorrer:
 - A preocupação com os impactos ambientais e sociais das contratações foi ainda reforçada no Art. 45 da Lei 14.133;
 - Essas disposições, no entanto, pouco ou nada inovaram, pois se limitam a dizer que as contratações de obras e serviços de engenharia devem respeitar a legislação ambiental, urbanística, de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e aquela referente a proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados;

Art. 45 da Lei 14.133

- Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:
 - I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
 - II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
 - III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
 - IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
 - V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
 - VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 144 da Lei 14.133

- Art. 144. Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato.
- § 1º O pagamento poderá ser ajustado em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa, quando o objeto do contrato visar à implantação de processo de racionalização, hipótese em que as despesas correrão à conta dos mesmos créditos orçamentários, na forma de regulamentação específica.
- § 2º A utilização de remuneração variável será motivada e respeitará o limite orçamentário fixado pela Administração para a contratação.

Princípios e Objetivos

- A obrigação de disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas contratadas, prevista no Inciso I do mencionado dispositivo, encontra-se regulada pela Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como em diversas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), sendo de particular relevância na Resolução Conama nº 307/2002, que versa sobre gestão de resíduos sólidos da construção civil.

Princípios e Objetivos

- A mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental é também matéria de outras várias resoluções do CONAMA, amparadas em vários diplomas legais, tais como as Leis nº 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), 7.735/1989 (Lei da Criação do IBAMA), 11.651/2012 (Código Florestal Brasileiro), 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais), 11.445/007 (Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico), 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e 8.723/1993 (Lei de Redução dos Gases Poluentes), dentre outras.

Princípios e Objetivos

- A utilização de produtos, equipamentos e serviços que reduzam o consumo de recursos energéticos e naturais se encontra no Decreto nº 7.746/2012, bem como na Lei nº 10.295/2001 (Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia).
- A avaliação de impactos de vizinhança (Art. 45, inciso IV, da Lei 14.133) é matéria tratada no Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001).
- A legislação que rege o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em particular o Decreto-Lei nº 25/1937, também aborda a matéria tratada no inciso V do mesmo art. 45 da Nova Lei de Licitações.
- A preocupação com acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida é matéria das Leis nº 10.048/2000, e nº 10.098/2000, regulamentadas pelo decreto nº 5.296/2004.

Princípios e Objetivos

- **Segregação de funções**, sua ideia central consiste na separação de funções, nomeadamente de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.
- Nesse sentido, o Art.7º, inciso 1º, da nova lei veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Princípios e Objetivos

- Tais disposições se alinham com reiterados julgamentos do TCU sobre a segregação de funções nas contratações públicas, conforme precedentes abaixo exemplificados:
 - “Viola o princípio da segregação de funções o exame dos aspectos legais que envolvem licitações e contratos efetuado por instância diretamente subordinada à área responsável pela contratação.” (Acórdão 1.682/2013-Plenário).
 - “É vedado o exercício, por uma mesma pessoa, das atribuições de pregoeiro e de fiscal de contratos celebrado, por atentar contra o princípio da segregação de funções.” (Acórdão 1.375/2015-Plenário).

Princípios e Objetivos

- “Solicitação de compra efetuada por comissão de licitação infringe o princípio de segregação de funções, que requer que a pessoa responsável pela solicitação não participe da condução do processo licitatório.” (Acórdão 4.227/2017-1ª Câmara).
- “A participação de servidor na fase interna do pregão eletrônico (como integrante da equipe de planejamento) e na condução da licitação (como pregoeiro ou membro da equipe de apoio) viola os princípios da moralidade e da segregação de funções”. (Acórdão 1.278/2020-1ª Câmara).

Princípios e Objetivos

- O princípio da **Segurança Jurídica**, decorre do texto constitucional, em seu Art. 5º inciso XXXVI, segundo o qual “a lei não prejudicará o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito”.
- O particular precisa confiar nos atos e decisões públicas no que refere a seus direitos e também nas posições jurídicas emanadas da administração, as quais não podem ser modificadas por motivos circunstanciais.
- O princípios da Segurança Jurídica evita a desconstituição injustificada de situações e atos jurídicos, mesmo que tenham decorrido de desconformidade com o Texto legal durante o seu desenvolvimento.

Princípios e Objetivos

- Observe-se que a ausência de menção à **seleção da proposta mais vantajosa** com um dos princípios da licitação, o que pode ser perfeitamente suplantado pela inclusão dos princípios do **Interesse Público** e da **Economicidade**.
- Por outro lado, a **seleção da proposta mais vantajosa**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, foi relacionado dentre os **objetivos do processo licitatório (Art. 11)**.

Princípios e Objetivos

- De acordo com o princípio da **economicidade**, a aferição da vantagem para a administração será apurada não somente pelo imediato conteúdo econômico da proposta inicial, mas também por diversos outros fatores de cunho econômico verificáveis no decorrer da execução contratual e/ou quando da utilização de bens adquiridos.
- Assim, os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do **menor dispêndio**, consoante com previsão do Art. 34, inciso 1º, da Lei.

Objetivos

- Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:
 - I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
 - II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
 - III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
 - IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Objetivos

- Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:
 - Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no **caput** deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

Objetivos

- A **Governança Pública** pode ser entendida como o **sistema** que determina o **equilíbrio de poder** entre os **envolvidos** (cidadãos, representantes eleitos, gestores e servidores) com vistas a permitir que o bem comum **prevaleça** sobre os **interesses de pessoas ou grupos**.
- Nesse sentido, a **Governança Pública** compreende a **estrutura** (administrativa, política, econômica, social, ambiental e legal), **implementada** visando a garantir que os **resultados** pretendidos pelas partes interessadas sejam **adequadamente definidos e alcançados**.

Objetivos

- A **Governança Pública** compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle que são utilizados para **avaliar, direcionar e monitorar a gestão pública**, com vistas a **condução de políticas e à prestação de serviços de interesse da sociedade**.

Objetivos

- É importante observar a inclusão do **Incentivo a Inovação** como um dos objetivos almejado pela Nova Lei.
- A preocupação do legislador com o tema se manifestou em diversas passagens da Nova Lei, como na possibilidade de estabelecimento de Margem de Preferência para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País (Art. 26, inciso 2º).

Objetivos

- Cite-se ainda a criação da modalidade licitatória intitulada “**Dialogo Competitivo**”, a qual, dentre outras possibilidades, é destinada à contratação de objetos que envolvam alguma inovação tecnológica ou técnica.
- O incentivo a inovação está presente na disposição do Art. 81 inciso 4º:
 - § 4º O procedimento previsto no caput deste artigo poderá ser restrito a startups, assim considerados os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, de natureza emergente e com grande potencial, que se dediquem à pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novos produtos ou serviços baseados em soluções tecnológicas inovadoras que possam causar alto impacto, exigida, na seleção definitiva da inovação, validação prévia fundamentada em métricas objetivas, de modo a demonstrar o atendimento das necessidades da Administração.

Definições

- Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
 - I - órgão: unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública;
 - II - entidade: unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;
 - III - Administração Pública: administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas;
 - IV - Administração: órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua;
 - V - agente público: indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;
 - VI - autoridade: agente público dotado de poder de decisão;
 - VII - contratante: pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação;

Definições

- VIII - contratado: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração;
- IX - licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta;

Definições

- X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;
- Obs.: há uma relevante complementação na definição existente na Lei 8.666/1993 ao incluir o conceito de compras de entrega imediata, que se encontrava dispersa naquela Lei (Art. 40).

Definições

- XI - serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;
- **Obs.:** houve inclusão da expressão “intelectual ou material” e supressão dos serviços existentes na Lei 8.666/1993 (demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro e trabalhos técnico-profissionais).

Definições

- XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;
- XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
- XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;
- XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

Definições

- XVI - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:
 - a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
 - b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
 - c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

Definições

- XVI - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:
 - a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
 - b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
 - c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;
- XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

Definições

- XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:
 - a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;
 - b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
 - c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;
 - d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;
 - e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;
 - f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
 - g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
 - h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;

Definições

- XIX - notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

Definições

- XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;
- Comentário:
 - A Nova Lei traz o estudo técnico preliminar como etapa obrigatória do planejamento da contratação, o que não é novidade, pois se trata de sistemática que já vinha sendo adotada pelo Decreto 10.024/2019 e regulamentada pela IN 40/2020 do Ministério da Economia.

Estudo Técnico Preliminar

- O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é um documento que deve ser elaborado na primeira etapa do planejamento de uma contratação. Ele caracteriza o interesse público envolvido e busca a melhor solução para a demanda, avaliando a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental. O ETP é fundamental para definir a caracterização do objeto e seus quantitativos, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico.

Termo de Referência

- Já o Termo de Referência (TR) é um documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os parâmetros e elementos descritivos da contratação, incluindo a fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes

Estudo Técnico Preliminar

- O ETP vai analisar uma necessidade sua diante da sua realidade:
 - I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
 - Qual é o problema a ser resolvido ?
 - Qual vai ser o impacto ao se resolver ?
 - O que vai agregar para administração ?
 - O que vai acontecer se não for resolvido ?
 - Quais são os benefícios esperados ?
 - II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
 - Este problema está previsto no Plano de Contratação Anual ?
 - Se não estava previsto no Plano de Contratação Anual, porque você necessita fazer esta contratação agora ?

Estudo Técnico Preliminar

- III - requisitos da contratação;
 - O porque você quer esta contratação ?
 - Quais as exigências para contratação ?
 - Qual a motivação da contratação ?
 - O porquê de determinadas exigências ?

- IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
 - Quantos contratados ?
 - Quantas horas de Serviço ?
 - Olhe para trás, veja o que já contratou, demonstre a racional de cálculo, ou seja, a origem dos números;

Estudo Técnico Preliminar

- V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
 - Este é o item mais importante do ETP, neste momento o preço não é importante, o principal agora é a qualidade, eficiência, modernização, o que de fato satisfaz a minha necessidade,
 - Olhar para iniciativa privada e verificar como e de quem contratam;
 - Como o Estado contrata ? Como a União Contrata ? Como os outros órgãos da região contratam ?
 - Quais são as alternativas existentes no mercado ?
 - Relacionar as alternativas e quais pontos positivos e negativos de cada uma;
 - Concluir em qual é solução mais adequada;

Estudo Técnico Preliminar

- VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
 - Pesquisa de preços preliminar;
 - Escolher a melhor alternativa que me traz mais eficiência e qualidade;
 - Adequação do orçamento do órgão;

Estudo Técnico Preliminar

- VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
 - Precisamos definir se é uma solução Simples ou Composta;
 - Solução Simples é aquela que basta por si mesmo, não necessita de outras contratação e nem de outros serviços; (exemplo: papel A4);
 - Solução Composta é aquela que necessita de complementação; (Exemplo: ar condicionado, exige instalação e manutenção);
 - Mapa de Risco;
 - Exigência de Garantia (percentuais 10 %, 30 %);
 - Modelagem da Contratação (dispensa de Licitação, Inexigibilidade, Registro de Preços ou Pregão);
 - VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
 - 2 tipos de parcelamento
 - Uma só empresa;
 - Várias empresas;

Estudo Técnico Preliminar

- IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
 - Diferenciar necessidade, objeto e objetivo;
 - Necessidade é o seu problema, descrito no item I do ETP.
 - Objeto é aquilo que você quer contratar;
 - Objetivo é aonde você quer chegar com isto quais os resultados que você quer alcançar com esta contratação;
 - Benefícios diretos e Indiretos;

Estudo Técnico Preliminar

- X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
 - Tem alguma providência que a administração deve adotar para contratação ?
 - Há necessidade de capacitar servidores ?
 - Quem vai fiscalizar ? Sabe Fiscalizar ?
- XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
 - Solução não é simples;
 - Para fazer a contratação, depende de algum treinamento, preparação ?
 - Há necessidade de instalações ?
 - Relação Correlata é aquela que agrega valor a contratação, mas não há dependência;
- XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Estudo Técnico Preliminar

- XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Estudo Técnico Preliminar

- Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
 - XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza **o interesse público envolvido** e a **sua melhor solução** e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;
- Toda licitação e contratação direta precisa ter ETP ?
 - **TODA LICITAÇÃO PRECISA TER ETP**, conforme:
 - Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o **inciso VII do caput do art. 12 desta Lei**, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
 - I - a descrição da necessidade da **contratação fundamentada em estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

Estudo Técnico Preliminar

- EXCESSÃO:
 - Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
 - I - **documento de formalização de demanda** e, **se for o caso, estudo técnico preliminar**, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

Estudo Técnico Preliminar - Simplificado

- **EXCESSÃO:**

- Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
 - I - **documento de formalização de demanda** e, **se for o caso, estudo técnico preliminar**, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
 - Art. 18.
 - § 2º O estudo técnico preliminar **deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo** e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

Estudo Técnico Preliminar - Simplificado

- **IN SEGES 58/22**
 - **Exceções à elaboração do ETP**
 - Art. 14. A elaboração do ETP:
 - I - é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - II - é dispensada na hipótese do inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.
- **LEI 14.133**
 - Art. 75, I e II – Dispensas por valor;
 - Art. 75, VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;
 - Art. 75, VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública;
 - Art. 90, § 7º - remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual

Estudo Técnico Preliminar - Simplificado

- **IN SEGES 58/22**

- **Exceções à elaboração do ETP**

- Art. 14. A elaboração do ETP:

- I - é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - II - é dispensada na hipótese do inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

- **LEI 14.133**

- Art. 75, I e II – Dispensas por valor;
 - Art. 75, VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;
 - Art. 75, VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública;
 - Art. 90, § 7º - remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual

Presença Digital

- Você sabia que os órgãos públicos podem favorecer os fornecedores locais? Isso significa que, se você tem uma empresa na mesma cidade ou região onde o órgão público está localizado, você pode ter mais chances de ganhar uma licitação ou um contrato.
- Mas, para isso, você precisa ter uma boa presença digital. Verifique se sua empresa tem uma conta no Instagram, Facebook ou Home-Page e se os dados no Google Maps estão desatualizados. Esses canais são importantes para divulgar o seu negócio e facilitar a pesquisa dos órgãos públicos.
- Nós podemos ajudá-lo identificar quais são as informações relevantes sobre a sua empresa, como por exemplo: endereço, telefone, e-mail, horário de funcionamento, produtos e serviços oferecidos, etc.

Definições

- XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:
 - a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
 - b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

Comentário

- Houve relevante modificação das definições de obra e serviço de engenharia, mas tais mudanças não devem solucionar a dificuldade de enquadramento do objeto licitado como “Obra” ou “Serviço de Engenharia”.
- Nos termos do Decreto 10.024/2019 e de remansosa jurisprudência do TCU, o pregão eletrônico não se aplica para contratação de obras, mas é indicado para contratação de serviços comuns de engenharia. Nesse sentido, é possível citar o Acórdão 1540/2014-Plenário, dentre muitos outros julgados do TCU:
 - “Não se aplica a modalidade pregão à contratação de obras de engenharia, locações imobiliárias e alienações, sendo permitida nas contratações de serviços comuns de engenharia (Súmula TCU 257/2010)”

Definições

- XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
 - a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
 - b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
 - c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
 - d) requisitos da contratação;
 - e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

Definições

- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;

Definições

- XXIV - anteprojeto: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:
 - a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;
 - b) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;
 - c) prazo de entrega;
 - d) estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível;
 - e) parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade;

Definições

- f) proposta de concepção da obra ou do serviço de engenharia;
- g) projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção proposta;
- h) levantamento topográfico e cadastral;
- i) pareceres de sondagem;
- j) memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação;

Definições

- XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;
- XVI - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:
 - a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
 - b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
 - c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;
- Assim como no caso das definições anteriores, o conceito de bens e serviços comuns/especiais poderia ser aprimorado. O Acórdão 1.046/2014-Plenário, auxilia o enquadramento do objeto licitado em dessas duas categorias.

Definições

- XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;
- Comentário:
 - As definições acima acabam por positivar a classificação de parte da doutrina, que segregava os ajustes em contratos contínuos ou contratos por escopo. Além disso, apresentam relevante instituto novo que é o “fornecimento contínuo”, já que o Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993, permitia apenas realização de forma contínua.
 - O fornecimento contínuo pode trazer relevantes melhorias nos processos de compras governamentais, notadamente nos bens que são comprados com frequência.

Definições

- No caso de compras de medicamentos ou outros insumos médicos, munições, uniformes e materiais de expediente, que necessitam ser adquiridos periodicamente pela administração.
- Com o novo instituto do fornecimento contínuo, um único procedimento licitatório poderia garantir o suprimento do contratante pelo prazo de 5 anos (Art. 106).
- As novas definições ainda deixam margem para a dúvida sobre os serviços que são prestados de forma intermitente, embora possam se enquadrar no conceito de necessidades permanentes ou prolongadas dos órgãos contratantes.
- Seria o caso, por exemplo, da contratação de instituição para aplicação da prova do ENEM, matéria que vem suscitando intensa discussão no âmbito do TCU.
- Na última apreciação da matéria (Acórdão 2.545/2020-Plenário), o TCU entendeu que o serviço de produção gráfica com vistas à realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), enquadra-se como serviço de natureza contínua (Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993), uma vez que reúne os requisitos de essencialidade, execução de forma contínua, longa duração e possibilidade de o fracionamento anual prejudicar a sua execução.

Definições

- Apesar de a Nova Lei praticamente repetir as definições do Decreto 10.024/2019, tais definições são excessivamente abertas a interpretações casuísticas.
- Cite-se o caso da licitação de um notebook, equipamento de informática que pode ser considerado um bem comum por poder ser definido por meio de especificações usuais de mercado. Porém, não se pode duvidar que se trate de um equipamento com alta heterogeneidade, por ser composto por centenas de componentes e envolver o uso de tecnologia de ponta na sua fabricação.
- No caso de serviços “comuns” de engenharia, a nova lei exige que se trate de objeto padronizável em termos de desempenho e qualidade.

Definições

- Além disso, salvaguarda o enquadramento dos serviços de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis no rol de serviços comuns.
- Assim, ao menos está resguardada a utilização do pregão para a contratação de serviços de reforma e manutenção de imóveis em geral, desde que haja a “preservação das características originais dos bens”.
- Outros serviços de engenharia que poderiam ser enquadrados como comuns, por ser claramente padronizáveis, em termos de desempenho e qualidade, poderão ser objetos de dúvidas e questionamentos.

Definições

- Os casos de serviços e levantamentos topográficos e de realização de sondagens ou outros procedimentos de investigação geotécnica. A Nova Lei incluiu tais serviços no rol de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme definição abaixo reproduzida:
- XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:
 - a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;
 - b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

Definições

- c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;
- d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;
- Os serviços de supervisão de obras, controle tecnológico ou ensaios de campo eram considerados serviços comuns de engenharia pela Jurisprudência do TCU.

Definições

- Com a Nova Lei, houve a vedação ao uso do pregão para os serviços técnicos especializados de natureza predominante intelectual.
- Comentário sobre:
 - XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
 - XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do **caput** deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;
- Assim como no caso das definições anteriores, o conceito de bens e serviços comuns/especiais poderia ser aprimorado. O Acórdão 1.046/2014-Plenário, auxilia o enquadramento do objeto licitado em dessas duas categorias.

Definições

- Serviços Comuns, segundo o Acórdão 1046/2014-Plenário:
 - Os padrões de desempenho e qualidade desses serviços podem ser objetivamente definidos em um edital, por meio de especificações usuais de mercado.
 - Os serviços são executados segundo protocolos, métodos e técnicas conhecidos e determinados em normas expedidas pelas entidades regulamentadoras.
 - A qualidade do trabalho é atestada por meio de confronto com normas técnicas e profissionais pré-estabelecidas e, embora possa haver variações metodológicas, estas não são determinantes para a obtenção do resultado pela Administração.
 - O fato de o objeto exigir capacitação técnica não é suficiente, por si só, para excluí-lo do conceito de “bem ou serviço comum”.

Definições

- XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:
 - a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
 - b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;

Definições

- c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei;

Definições

- XXVI - projeto executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes;
- Comentário:
 - a Nova Lei traz definição mais abrangente e detalhada do conceito de termo de referência. Igualmente ocorreram aprimoramentos pontuais nas definições de projeto básico e projeto executivo.
 - Na legislação que está sendo revogada, a terminologia “termo de referência” e “projeto básico” estava atrelada a modalidade licitatória utilizada, sendo o termo de referência empregado para a licitação de bens e serviços comuns, por meio de pregão, ao passo que projeto básico era utilizada para licitação de obras e serviços pelas modalidades da Lei 8.666/1993 (concorrência, tomada de preços e carta convite).

Definições

- É relevante a inclusão da necessidade de o projeto básico ter completude de forma a permitir o dimensionamento perfeito da obra, bem como a inclusão da alínea “a” dentre os elementos que devem compor o projeto básico (levantamentos preliminares diversos).
- Outrossim, a alínea “c” da definição do projeto básico incorpora a necessidade de este possibilitar a identificação dos riscos existentes no empreendimento, exigência que se amolda as novas disposições de riscos na lei.
- Por fim, a alínea “f” da definição do projeto básico incorpora a estabelece que o orçamento detalhado não será exigível quando o regime de execução adotado for a contratação integrada ou a contratação semi-integrada.

Definições

- XXVII - matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;
 - b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;
 - c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia;

Definições

- Comentário:
 - A Definição de matriz de riscos é análoga à existente na Lei 13.303/2016, que se coaduna com a nova sistemática de gerenciamento e alocação de riscos prevista na Nova Lei.
 - Trata-se de cláusula contratual **obrigatória** no caso de **contratação integrada** ou **semi-integrada** (art. 22, inciso 4º) ou na licitação de obras e **serviços de grande vulto**.
 - Nos demais regimes, a elaboração da matriz de alocação de riscos é facultativa.

Definições

- XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;
- XXIX - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;
- XXX - empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;
- XXXI - contratação por tarefa: regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

Definições

- XXXII - contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;
- XXXIII - contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

Definições

- XXXIV - fornecimento e prestação de serviço associado: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado;
- Comentário:
 - A nova lei traz os mesmos regimes de execução contratual existentes na Lei 8.666/1993, acrescidos dos regimes de contratação integrada e semi-integrada, bem como do fornecimento e prestação de serviço associado.
 - A contratação integrada foi um dos institutos da Nova lei que foram incorporados do RDC, ao passo que a contratação semi-integrada já foi um aprimoramento da Lei das Estatais.

Definições

- Comentário:
 - A nova lei traz os mesmos regimes de execução contratual existentes na Lei 8.666/1993, acrescidos dos regimes de contratação integrada e semi-integrada, bem como do fornecimento e prestação de serviço associado.
 - A contratação integrada foi um dos institutos da Nova lei que foram incorporados do RDC, ao passo que a contratação semi-integrada já foi um aprimoramento da Lei das Estatais.
 - Em matéria de regimes de execução contratual, a grande novidade foi a criação do fornecimento e prestação de serviço associado, que será exposto detalhadamente com outros regimes mais adiante.
 - É relevante mencionar que as contratações integrada e semi-integrada foram restritas a obras e serviços de engenharia, ao passo que as demais empreitadas podem ser utilizadas para serviços em geral.

Definições

- XXXV - licitação internacional: licitação processada em território nacional na qual é admitida a participação de licitantes estrangeiros, com a possibilidade de cotação de preços em moeda estrangeira, ou licitação na qual o objeto contratual pode ou deve ser executado no todo ou em parte em território estrangeiro;
- XXXVI - serviço nacional: serviço prestado em território nacional, nas condições estabelecidas pelo Poder Executivo federal;
- XXXVII - produto manufaturado nacional: produto manufaturado produzido no território nacional de acordo com o processo produtivo básico ou com as regras de origem estabelecidas pelo Poder Executivo federal;

Definições

- XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:
 - a) menor preço;
 - b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
 - c) técnica e preço;
 - d) maior retorno econômico;
 - e) maior desconto;

Definições

- XXXIX - concurso: modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor;
- XL - leilão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;
- XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Definições

- XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;
- Comentário:
 - Como se observa, foram extintas as modalidades de convite e tomada de preços e criada a nova Modalidade denominada “Diálogo Competitivo”, que é sem dúvida uma das principais inovações da lei.
 - A concorrência, o concurso, o leilão e o pregão permanecem com poucas inovações no seu rito procedimental, a não ser pela inversão de fases de julgamento das propostas de preços e de habilitação e pela inclusão de novos critérios de julgamento.

Definições

- XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;
- XLIV - pré-qualificação: procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto;

Definições

- XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;
- Comentário:
 - As três definições anteriores, juntamente com o registro cadastral e o procedimento de manifestação de interesse, se referem aos procedimentos auxiliares previstos no Art. 78 da Lei, os quais serão abordados mais adiante.
 - Desde já é relevante observar a definição formal de credenciamento, instituto criado pela doutrina e jurisprudência que acabou de ser positivado.
 - Também salta aos olhos a possibilidade do uso do sistema de registro de preços para a contratação de obras públicas e locação de bens, bem como a formação de ata de registro de preços a partir de contratação direta (depende de regulamentação).

Definições

- XLVI - ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;
- XLVII - órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

Definições

- XLVIII - órgão ou entidade participante: órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;
- XLIX - órgão ou entidade não participante: órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;

Definições

- LI - catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras: sistema informatizado, de gerenciamento centralizado e com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos pela Administração Pública e que estarão disponíveis para a licitação;
- Comentário:
 - No que tange ao catálogo eletrônico de padronização, o instituto deixou de ser mencionado como um procedimento auxiliar, tal como ocorria no âmbito da Lei do RDC.
 - Conforme o Art. 174, o no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) conterà o catálogo eletrônico de padronização (já existe), cuja criação ficará a cargo dos órgãos da administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos (Art. 19).

Definições

- LII - sítio eletrônico oficial: sítio da internet, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o ente federativo divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades;
- LIII - contrato de eficiência: contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada;
- LIV - seguro-garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado;
- LV - produtos para pesquisa e desenvolvimento: bens, insumos, serviços e obras necessários para atividade de pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento de tecnologia ou inovação tecnológica, discriminados em projeto de pesquisa;

Definições

- LVI - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada;
- LVII - superfaturamento: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por:
 - a) medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;
 - b) deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança;
 - c) alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado;
 - d) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços;

Definições

- Comentário:
 - As definições de sobrepreço e superfaturamento são análogas às existentes na Lei 13.303/2016.
 - O rol de tipos de superfaturamento não é exaustivo, existindo outras espécies de dano.
 - A Lei não trouxe propriamente uma definição de superfaturamento por preços excessivos, havendo uma certa confusão com conceito de sobrepreço.
 - No entanto, há definições doutrinárias e jurisprudências no sentido de que o contrato celebrado com preços excessivos representa um **perigo de dano em potencial**, no qual o sobrepreço verificado poderá se materializar ou não. Já o **superfaturamento é um dano consumado**, em que o serviço com sobrepreço foi medido e pago ao contratado.
 - Diz-se, portanto, que aquele serviço com sobrepreço, após ser liquidado e pago, foi superfaturado. No caso, houve um superfaturamento em decorrência de pagamentos de serviço com preços excessivos.

Definições

- Deve-se ter certa cautela com a interpretação do Art. 23 da lei que estabelece “o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados no mercado”. Além disso, os preços estimativos da contratação deverão ser menores ou iguais aos referenciais de preços da administração. (Incisos I e II dos mesmo artigo).
- Outro aspecto polêmico trazido pela Lei refere-se ao método de cálculo de sobrepreço nas empreitadas por preço global e unitário.
- É possível diferenciar o conceito de sobrepreço unitário de preço global. O primeiro tipo se verifica em um item em particular da planilha orçamentária e poderia ser mitigado por outros serviços do mesmo orçamento que se encontram com desconto em relação ao preço de mercado. Por sua vez, o sobrepreço global é observado quando o preço global de toda contratação é superior ao valor de referência.

Definições

- Por isto, a jurisprudência do TCU adota dois métodos distintos de apuração de sobrepreço: método da limitação do preço unitário e método da limitação do preço global.
- Mas a escolha do método de cálculo do sobrepreço usualmente empregada pela jurisprudência do TCU não é correlacionada com o regime de execução contratual, e sim com o estágio da contratação (licitação ou fase de execução contratual), bom como de outras particularidades.

Definições

- LVIII - reajustamento em sentido estrito: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais;
- LIX - repactuação: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

Definições

- Comentário:
 - As novas definições de reajuste em sentido estrito e repactuação são positivas, pois envolvem assunto repleto de controvérsias no âmbito da execução de contratos. A Texto da lei adota conceitos semelhantes aos que estão postos no Decreto 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das sociedades de economia mista controladas pela União.
 - Em suma, a nova lei preconiza a utilização de repactuação para os contratos continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, ao passo que os demais contratos devem ser reajustados com emprego do reajustamento em sentido estrito(Art. 25, inciso 8º).

Regulamentação da Nova Lei

- Em diversas passagens, o texto legal faz menção a futura regulamentação.
- Abaixo as matérias que serão regulamentadas:
 - Contratação realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior (Art. 1º, § 2º);
 - Regras relativa à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos (Art. 8º, § 3º);
 - Plano de contratação anual (Art. 12, inciso VII);
 - Catálogo Eletrônico de Padronização (Art. 19, § 1º);
 - Limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo (Art. 20, § 1º);
 - Valor estimado da contratação para aquisição de bens e serviços em geral (Art. 23, § 1º);

Regulamentação da Nova Lei

- Valor estimado da contratação para obras e serviços de engenharia (Art. 23, § 2º);
- Base Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas (Art. 23, § 1º, inciso V);
- Programa de Integridade pelo licitante vencedor, nas contratações de grande vulto de obras e serviços de engenharia (Art. 25, § 4º);
- Exigência de percentual mínimo de mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e oriundos ou egressos do sistema prisional (Art. 25, § 9º);
- Bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, para efeito de aplicação de margens de preferência (Art. 26, inciso II);
- Bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, para efeito de aplicação de margens de preferência (Art. 26, § 2º);
- Procedimentos operacionais do Leilão (Art. 31);

Regulamentação da Nova Lei

- Definição de menor dispêndio, considerando custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida (Art. 34, § 1º);
- Anotação nos registros cadastrais sobre a avaliação do desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública, que poderá ser utilizada como critério de desempate e de pontuação nas licitações de técnica e preço (Arts. 36, §3º, 88, §§3º e 4º);
- Processo de gestão estratégica das contratações de soluções baseadas em software de uso disseminado, que ocorre no âmbito do processo de padronização (Art. 43, §2º);
- Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho para efeito de desempate (Art. 60, inciso III);

Regulamentação da Nova Lei

- Procedimentos de negociação de condições mais vantajosas pelo agente de contratação ou comissão de contratação (Art. 61, §2º);
- Processo eletrônico de comunicação a distância para realização de habilitação (Art. 65, §2º);
- Outros meios de prova alternativos de que o profissional e a empresa possuem conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, no lugar da exigência de certidões e atestados de capacidade técnica (dispositivo não aplicável à licitação de obras e serviços de engenharia) (Art. 67, §3º);
- Rejeição de atestados profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do Art. 155 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade (Art. 67, §12º);

Regulamentação da Nova Lei

- Documentos equivalentes de empresas estrangeiras que não funcionem no País para efeito de habilitação (Art. 70, paragrafo único);
- Procedimentos especiais para dispensa de licitação aos produtos para pesquisa e desenvolvimento, limitada a contratação, no caso de obras e serviços de engenharia, ao valor de R\$ 300.000,00 (Art. 75, §5º);
- Concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóvel à pessoa natural que haja implementado os mínimos de cultura, de ocupação mansa e pacífica e de exploração direta sobre área rural (Art. 76, §3º, inciso II);
- Procedimentos auxiliares das licitações (Art. 78, §1º);
- Procedimento de Credenciamento (Art. 79, parágrafo único);
- Procedimento de Manifestação de Interesse (Art. 81);
- Regras de seleção do Sistema de Registro de Preços (Art. 82, §5º, inciso II);

Regulamentação da Nova Lei

- Uso do SRP nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para contratação de serviços por mais de uma órgão ou entidade (Art. 82, §6º);
- Procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP) (Art. 86);
- Registro Cadastral (Art. 87);
- Critério, as condições e os limites para realização de licitação restrita a fornecedores cadastrados (Art. 87, §3º);
- Cancelamento de registro cadastral do licitante que deixar de satisfazer as exigências legais e regulamentares (Art. 88, §5º);
- Celebração na forma eletrônica de contratos e termos aditivos (Art. 91, §3º);
- Requisitos para o modelo de gestão de contrato (Art. 92, inciso XVIII);
- Regras para vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação (Art. 122, §2º);

Regulamentação da Nova Lei

- Procedimentos e critérios para verificação de ocorrência dos motivos que levem a extinção do contrato (Art. 137, §1º);
- O prazos e os métodos para realização dos recebimentos provisório e definitivo (Art. 140, §3º);
- Parâmetros para pagamento de remuneração variável (Art. 144, §1º);
- Autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade no âmbito dos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa (Art. 156, §6º, inciso II);
- Forma do cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos (Art. 161, parágrafo único);
- Práticas de gestão de riscos e de controle preventivo (Art. 169, §1º);
- No âmbito do Portal Nacional de Contratações Públicas, sistema de gestão compartilhada com a sociedade e informações referentes à execução do contrato, que possibilite a comunicação entre a população e representantes da Administração e do contratado designados para prestar as informações e esclarecimentos pertinentes (Art. 174, §3º, inciso VI, alínea “c”);

Regulamentação da Nova Lei

- Divulgação do relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Art. 174, §3º, inciso VI, alínea “d”);
- Uso de sistema eletrônico para contratações públicas fornecido por pessoa jurídica de direito privado (Art. 175, §1º);
- Aplicação da Nova Lei aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgão e entidades da Administração Pública (Art. 184);
- Além das 46 hipóteses de regulamentação previstas nos tópicos, há decretos que regulamentavam a lei anterior que entendemos aplicáveis ao atual regime, naquilo que não contrariar o novo texto.
- A título de exemplo, o decreto 10.024/2019, que regulamenta o pregão na forma eletrônica.

Regulamentação da Nova Lei

- Nesse sentido, há importante previsão no Art. 189 da lei 14.133/2021:
 - Art. 189. Aplica-se esta Lei às hipóteses previstas na legislação que façam referência expressa à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e aos arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.
- Alguns regulamentos atualmente existentes poderão ser aproveitados ou modificados para atender aos ditames da Nova Lei, a exemplo do Decreto 7.983/2013, que regulamenta as regras e os critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia.
- A nosso ver, tal regulamento poderia ser modificado, consoante previsão do Art. 23, §2º, para incorporar métodos de orçamentação da contratação integrada e o uso do Banco Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas.
- Outro exemplo seria o decreto 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, que poderia ser modificado para incluir o uso de SRP para a contratação de obras padronizadas.

Definições

- Comentário:
 - Em regra, a licitação será conduzida por agente de contratação, que poderá contar com equipe de apoios (Art. 8º, inciso 1º do mesmo artigo). No entanto, em licitação que envolva bens ou serviços especiais, o agente de contratação **poderá** ser substituído por comissão de contratação formada de, no mínimo, três membros, que **responderão solidariamente** por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão. (art. 8º inciso 2º).
 - Assim, é possível uma analogia entre a comissão de contratação com a comissão de licitação prevista nas Leis 8.666/1993 e 12.462/2011.
 - A figura do pregoeiro não desaparece na Nova Lei, pois em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro. (Art. 8º, inciso 5º).

Definições

- É de se reconhecer que o uso do Pregão ou da Concorrência por de ter pouca importância prática no âmbito da Nova Lei, visto que ambas as modalidades licitatórias seguem o mesmo rito procedimental (art. 29) e devem ser realizadas preferencialmente na forma eletrônica (Art. 27, inciso 2º).
- A única diferença entre as duas modalidades é que no pregão o critério de julgamento deverá ser o menor preço ou do maior desconto (Art. 6º, XLI). As Concorrências podem usar qualquer critério de julgamento previsto em Lei (menos o de maior lance).
- O Art. 187 estabelece que os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução da lei.

Contratação Direta

- Os Arts. 37, inciso XXI, da CF dispõe sobre a obrigatoriedade do procedimento licitatório: **A licitação é a regra**
 - Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
 - XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Contratação Direta

- Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- Parágrafo único. A lei disporá sobre:
 - I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
 - II - os direitos dos usuários;
 - III - política tarifária;
 - IV - a obrigação de manter serviço adequado.

Contratação Direta

- Da redação dos dispositivos constitucionais, é possível concluir que:
 - A licitação, em princípio é obrigatória; e
 - Lei infraconstitucional poderá estabelecer exceções a essa regra, permitindo a Contratação Direta – sem licitação prévia – em algumas hipóteses.
- É competência privativa da União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação administrativa, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais de todos os entes da Federação (CF, Art. 22, Inciso XXVII).

Contratação Direta

- Sob a égide da Lei 8666/1993, a contratação direta poderia ocorrer nas seguintes hipóteses:
 - Licitação dispensada (art. 17);
 - Licitação dispensável (art. 24); e
 - Licitação Inexigível (art. 25).
- A Nova Lei de Licitações trata da contratação direta a partir do art. 72, no qual menciona os documentos que deverão instruir os processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação.

Contratação Direta

- Cumpre registrar, que em seu art. 73, a Nova Lei de licitações menciona que “Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.”
- Nos Arts. 74, 75 e 76, passa a tratar especificamente das hipóteses de inexigibilidade, licitação dispensável e licitação dispensada, respectivamente.
- No caso das licitações dispensáveis e inexigíveis, a regulamentação possui abrangência nacional, ou seja, é de observância obrigatória por todos os entes da federação.
- Mesmo diante de um caso de licitação dispensada ou dispensável, **o gestor pode optar por licitar**, desde que esse certame comprovadamente atenda ao **interesse público**.

Contratação Direta

- Distinções entre as hipóteses de contratações diretas:
 - A **licitação é inexigível** quando é inviável a disputa pelo contrato. É uma situação fática, por isso as hipóteses de inexigibilidades são relacionadas pela lei de forma exemplificativa;
 - Cabe destacar que a inviabilidade de competição pode ser ocasionada por diversos fatores, tais como ausência de pluralidade de alternativas ou de mercado concorrencial. Impossibilidade de julgamento objetivo ou ausência de definição objetiva da prestação;

Contratação Direta

- A **Dispensa de Licitação** e a **Licitação Dispensável** pressupõem a possibilidade de competição. A licitação é considerada dispensável ou dispensada de acordo com a vontade do legislador. Assim sendo, as respectivas hipóteses são indicadas na Lei de forma **exaustiva**;
- A **Licitação Dispensada** se refere a casos nos quais a Administração Pública aliena seus bens móveis ou imóveis, por meio de venda, doação, dação em pagamento, cessão de direito real de uso, entre outras modalidades de negócios jurídicos.
- A **Licitação Dispensável** está relacionada à aquisição de bens ou serviços pela Administração Pública.

Contratação Direta

- Na prática, ocorrem situações em que podem ser invocadas mais de uma hipótese normativa. Assim, por exemplo, o TCU decidiu que:
 - “As aquisições caracterizadas por dispensa ou inexigibilidade de licitação, previstas nos Arts. 24, incisos III e seguintes, e 25 da Lei nº 8666/1993, podem ser fundamentadas em dispensa de licitação, alicerçadas no Art. 24, incisos I e II, da referida Lei, quando os valores se enquadrarem os limites estabelecidos neste dispositivo.” Acórdão 1.366/2006-Plenário)

Contratação Direta

- Por outro lado, em princípio, não haveria como compatibilizar uma hipótese de inexigibilidade de licitação (onde é inviável a competição) com uma situação de licitação dispensável (onde a competição é possível).
- Contudo, na prática, o TCU tem considerado que a dispensa de licitação em um caso em que haveria a inexigibilidade, por si só, não macula gravemente a conduta do gestor.

Contratação Direta

- Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que:
 - I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e
 - II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta.
- § 1º Na hipótese do caput, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193, o respectivo contrato será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.
- § 2º É vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no inciso II do caput do art. 193.

Contratação Direta

- Comentário:
 - É de se ressaltar, portanto, que, durante o prazo (a contar da publicação da Lei 14.133/2021, ocorrida em 01/04/2021 e que termina em 31/12/2023), as contratações diretas poderão se basear nas Leis 8.666/1993 e no RDC ou na Nova Lei, vedada a aplicação combinada.
 - Aparentemente, a opção será por licitação ou por contratação direta.
 - Essencialmente, até o término do prazo, a administração terá um leque dúplice de hipóteses de dispensa (da Nova Lei ou das Leis Anteriores).

Contratação Direta

- “**Contratação Direta Ilegal** Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em Lei: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa”.
- Em manifestação o STJ, o referido tipo penal busca a proteger diversos bens jurídicos além do patrimônio público, tais como a moralidade administrativa, a legalidade, a impessoalidade e, também, o respeito ao direito subjetivo dos licitantes ao procedimento formal previsto em Lei (Resp 1.073/676/MG, julgado em 23/02/2010).
- A pessoa apta a praticar a conduta típica penal prevista no Art. 89 da Lei 8.666/1993 é o agente administrativo competente para praticar o ato (STJ _ HC 153.097/DF, em 15/04/2010).

Contratação Direta

- Ainda segundo o STJ, o tipo previsto no Art. 89 da Lei 8.666/1993 é delito de **mera conduta**, não exigido dolo específico, mas apenas o **genérico**, representado pela vontade de contratar sem licitação, quando a lei expressamente prevê a realização do certame. Independe, assim, de qualquer resultado naturalístico, como por exemplo, prejuízo ao erário (v.g. HC 113.0167/PE, de 21/10/2008, HC 135.759/RJ, de 14/02/2011).
- Entretanto, ao apreciar ação penal de sua competência originária, o STF manifestou-se no sentido de que “**pressupõe o tipo**, além do necessário dolo simples (Vontade consciente e livre de contratar independentemente da realização de prévio procedimento licitatório), a intenção de produzir um prejuízo aos cofres públicos por meio do afastamento indevido da licitação” (AP 527, Relator Min. Dias Tóffoli, Tribunal Pleno, julgado em 16/12/2010).

Contratação Direta

- Diferentemente da Lei 8.666/1993, que não exigia que houvesse manifestação jurídica, a Lei 14.133/2021, em seu Art. 53 §4º, obriga que haja manifestação prévia da assessoria jurídica em hipótese de contratação direta, in verbis:
 - Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
 - § 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

Exame Prévio da Legalidade

- **Escopo do parecer jurídico na Lei Federal nº 14.133/2021**
 - Uma dúvida que sempre preocupou os assessores jurídicos dizia respeito a quais atos deveriam ser submetidos à sua análise. Com a nova redação, vê-se que a análise é de legalidade da contratação, enquanto, na Lei nº 8.666/1993, a referência era de aprovação de minutas de edital, contratos e seus aditamentos. Conclusão disso é que, indubitavelmente, compete ao parecerista a análise de juridicidade de todo o processo de contratação. Deverá manifestar-se, obrigatoriamente, sobre todos artefatos de planejamento, além da minuta do edital, tais como termos de referência, projetos básicos, pesquisa de preços, estudos preliminares, etc.
 - Por óbvio que a análise prender-se-á aos requisitos de cunho técnico e jurídico. A título de exemplo, não caberá ao assessor concordar ou discordar da metodologia empregada para apuração do valor estimado da contratação (média mediana, uso de coeficiente de variabilidade), mas se a pesquisa apresenta dados razoáveis, se foi buscado o maior número de fontes e dados possível ou se há justificativa para a coleta de poucos dados de precificação.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

IN 73/2020

Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 127 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e pelo Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve:

IN 73/2020

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, resolve:

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 127 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e pelo Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve:

IN 73/2020

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, resolve:

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 127 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e pelo Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve:

IN 73/2020

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, resolve:

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

IN 73/2020

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

§ 1º O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia.

§ 2º Os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar os procedimentos de que trata esta Instrução Normativa.

IN 73/2020

§ 1º O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia de que trata o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

§ 2º Os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar os procedimentos para realização de pesquisa de preço de que trata esta Instrução Normativa.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

§ 3º Para aferição da vantagem econômica das adesões às atas de registro de preços, bem como da contratação de item específico constante de grupo de itens em atas de registro de preços, deverá ser observado o disposto nesta Instrução Normativa.

IN 73/2020

§ 3º Para aferição da vantajosidade das adesões às atas de registro de preços, deverá ser observado o disposto nesta Instrução Normativa.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021 - Definições

Art. 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I - preço estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, devendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexecutáveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados; e

IN 73/2020 - Definições

Art. 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I - preço estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, podendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados;

II - preço máximo: valor de limite que a administração se dispõe a pagar por determinado objeto, levando-se em consideração o preço estimado, os aspectos mercadológicos próprios à negociação com o setor público e os recursos orçamentários disponíveis; e

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021 - Definições

II - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral.

IN 73/2020 - Definições

III - sobrepreço: preço contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II - Formalização

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

- I - descrição do objeto a ser contratado;
- II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;
- III - caracterização das fontes consultadas;
- IV - série de preços coletados;

IN 73/2020

CAPÍTULO II - Formalização

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

- I - identificação do agente responsável pela cotação;
 - II - caracterização das fontes consultadas;
 - III - série de preços coletados;
- se aplicável.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II - Formalização

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º

IN 73/2020

CAPÍTULO II - Formalização

IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado; e

V - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II - Critérios

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

IN 73/2020

CAPÍTULO II - Critérios

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Critérios

Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia estabelecida no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

IN 73/2020

CAPÍTULO II - Critérios

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II - Parâmetros

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

IN 73/2020

CAPÍTULO II - Parâmetros

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II - Parâmetros

IN 73/2020

CAPÍTULO II - Parâmetros

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico [gov.br/painel de precos](http://gov.br/painel_de_precos), desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Parâmetros

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IN 73/2020

CAPÍTULO II - Parâmetros

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Parâmetros

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IN 73/2020

CAPÍTULO II – Parâmetros

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Parâmetros

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IN 73/2020

CAPÍTULO II – Parâmetros

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Parâmetros

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

IN 73/2020

CAPÍTULO II – Parâmetros

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Parâmetros

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

IN 73/2020

CAPÍTULO II – Parâmetros

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Parâmetros

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

IN 73/2020

CAPÍTULO II – Parâmetros

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Parâmetros

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- d) data de emissão; e
- e) nome completo e identificação do responsável.

IN 73/2020

CAPÍTULO II – Parâmetros

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c) endereço e telefone de contato; e
- d) data de emissão.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Parâmetros

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IN 73/2020

CAPÍTULO II – Parâmetros

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Metodologia para obtenção do preço estimado

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

IN 73/2020

CAPÍTULO II – Metodologia

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Metodologia para obtenção do preço estimado

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

IN 73/2020

CAPÍTULO II – Metodologia

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Metodologia para obtenção do preço estimado

§ 3º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

IN 73/2020

CAPÍTULO II – Metodologia

§ 2º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 3º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO II – Metodologia para obtenção do preço estimado

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

IN 73/2020

CAPÍTULO II – Metodologia

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO III – Regras Específicas

IN 73/2020

CAPÍTULO III – Regras Específicas

Inexigibilidade de licitação

Art. 7º Os processos de inexigibilidade de licitação deverão ser instruídos com a devida justificativa de que o preço ofertado à administração é condizente com o praticado pelo mercado, em especial por meio de:

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO III – Regras Específicas

Contratação direta

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

IN 73/2020

CAPÍTULO III – Regras Específicas

Inexigibilidade de licitação

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO III – Regras Específicas

Contratação direta

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

IN 73/2020

CAPÍTULO III – Regras Específicas

Inexigibilidade de licitação

Art. 7º, I - documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da autorização da inexigibilidade pela autoridade competente

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO III – Regras Específicas
Contratação direta

IN 73/2020

CAPÍTULO III – Regras Específicas
Inexigibilidade de licitação
Art. 7º, II - tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso.
§1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO III – Regras Específicas

Contratação direta

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

IN 73/2020

CAPÍTULO III – Regras Específicas

Inexigibilidade de licitação

§2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o caput pode ser realizada com objetos de mesma natureza.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO III – Regras Específicas

Contratação direta

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

IN 73/2020

CAPÍTULO III – Regras Específicas

Inexigibilidade de licitação

§ 3º Caso a justificativa de preços aponte para a possibilidade de competição no mercado, vedada está a inexigibilidade.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, às hipóteses de dispensa de licitação, em especial as previstas nos incisos III, IV, XV, XVI e XVII do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO III – Regras Específicas

Contratação direta

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

IN 73/2020

CAPÍTULO III – Regras Específicas

Inexigibilidade de licitação

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO III – Contratação de itens de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC

Art. 8º Os preços de itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, deverão ser utilizados como preço estimado, salvo se a pesquisa de preços realizada resultar em valor inferior.

IN 73/2020

CAPÍTULO III – Contratação de itens de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC

Art. 8º As estimativas de preços de itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, deverão utilizar como parâmetro máximo o Preço Máximo de Compra de Item de TIC - PMC-TIC, salvo se a pesquisa de preços realizada resultar em valor inferior ao PMC-TIC.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO III – Contratação de itens de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC

Parágrafo único. As estimativas de preços constantes em modelos de contratação de soluções de TIC, publicados pela Secretaria de Governo Digital, poderão ser utilizadas como preço estimado.

IN 73/2020

CAPÍTULO III – Contratação de itens de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO III – Contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva
Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.

IN 73/2020

CAPÍTULO III – Contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva
Art. 9º Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS
Orientações gerais

IN 73/2020

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS
Orientações gerais

Art. 10. O preço máximo a ser praticado na contratação poderá assumir valor distinto do preço estimado na pesquisa de preços feita na forma desta Instrução Normativa.

§ 1º É vedado qualquer critério estatístico ou matemático que incida a maior sobre os preços máximos.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS
Orientações gerais

IN 73/2020

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS
Orientações gerais

§ 2º O preço máximo poderá ser definido a partir do preço estimado na pesquisa de preço, acrescido ou subtraído de determinado percentual, de forma justificada.

§ 3º O percentual de que trata o § 2º deve ser definido de forma a aliar a atratividade do mercado e a mitigação de risco de sobrepreço.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações gerais

Art. 10. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

IN 73/2020

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações gerais

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

IN 73/2020

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Revogação

Art. 11. Ficam revogadas:

I - Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014;

II - Instrução Normativa nº 7, de 29 de agosto de 2014; e

III - Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017.

Pesquisa de Preços

- Instruções Normativas SEGES

IN 65/2021

CAPÍTULO IV – Vigência

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

IN 73/2020

CAPÍTULO IV – Vigência

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Caminhos para Contratação

- Objeto (bem/serviço ou Obra)
 - Licitar:
 - Contratação imediata (compra específica);
 - Sistema de Registro de Preços (compra não específica)
 - Contratar diretamente:
 - Dispensa;
 - Inexigibilidade;
 - Adesão ao Registro de Preços (Carona);

Contratação Direta

- O Art. 17 da lei 8.666/1993 estabelece as hipóteses em que as alienações de bens imóveis (inciso I) e móveis (Inciso II), pela Administração Pública, são dispensadas de Licitação.
- O Inciso IV do Art. 6 da Lei 8666/1993 define alienação como “toda transferência de domínio de bens a terceiros”.
- Fora dos casos expressamente previstos em lei, a alienação de bens pela Administração submete-se ao princípio da licitação.
- Havendo ou não licitação prévia, a alienação de bens está condicionada à existência de interesse público e deverá ser precedida de prévia avaliação, na forma do caput do Art. 17 da Lei 8.666/1993.

Contratação Direta

- O Art. 76 da Lei 14.133/2021 também estabelece as hipóteses em que as alienações de bens imóveis (inciso I) e móveis (inciso II), pela Administração Pública, são dispensadas de licitação.
- Havendo ou não licitação prévia, a alienação de bens permanece condicionada à existência de interesse público devidamente justificado e deverá ser precedida de prévia avaliação, na forma do caput do Art. 76 da Nova Lei.
- Quanto da alienação de bens imóveis, a Lei 14.133/2021, assim com a Lei 8.666/1993, requer autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais.

Contratação Direta

- O Art. 75 da Lei 14.133/2021 (equivalente ao Art. 24 da Lei 8.666/1993) prevê as hipóteses em que a licitação é **dispensável**.
- A relação é exaustiva. Não é permitido ao administrador criar hipóteses não autorizadas pelo legislador.
- Nos casos em que a licitação é dispensável previstas no Ar. 75 da Nova Lei, **merecem destaque** as seguintes situações, verificadas com mais frequência em contratos celebrados com a Administração pública.

Contratação Direta

- Licitação dispensável em razão do valor:
 - A Lei 14.133/2021, nos incisos I e II do Art. 75, abandonou a ideia de fixar um percentual e adotou valores fixos para dispensa de licitação nos casos em que o valor da contratação não justifica os custos com a realização do certame.
 - Art. 75. É dispensável a licitação:
 - I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
 - II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
 - A Nova Lei também prevê que:
 - § 2º Os valores referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

Contratação Direta

- A Nova Lei se preocupou, ainda, em detalhar como deve se dar aferição dos valores para fins de atendimento aos limites fixados nos incisos I e II:
 - Art. 75. É dispensável a licitação:
 - § 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:
 - I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
 - II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.
- Assim, deve ser observado que o valor relativo à estimativa da despesa deve corresponder ao **total da compra, da obra ou do serviço**, a fim de que o objeto da licitação não venha a ser fracionado para enquadrar-se na hipótese de dispensa.
- Ademais, foi encampada a jurisprudência do TCU no sentido de que a totalidade do objeto deve ser verificada de acordo com as necessidades de **tudo exercício financeiro**.

Contratação Direta

- Destaca-se o §7º do Art. 75 da Nova Lei:
 - § 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

Contratação Direta

- Segundo jurisprudência do TCU, as contratações fundamentadas nos incisos I e II do Art. 24 da lei de licitações devem ser precedidas de **consulta ao maior número possível de potenciais interessados** (Acórdãos 21/2006 e 682/2006, ambos da 2ª Câmara).
- Referida consulta tem por objetivo aperfeiçoar os parâmetros de comparação quando à escolha do fornecedor, do objeto a ser executado e também quanto a razoabilidade dos preços cotados.

Contratação Direta

- No mesmo sentido, já houve determinação do Tribunal para que ente jurisdicionado deixasse de “concentrar processo de dispensa de licitação em um número restrito de fornecedores, tendo em vista que a baixa prospecção do mercado torna menos garantida a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, além de comprometer a observância do princípio constitucional da isonomia” (Acórdão 626/2012-Plenário).
- No âmbito do Governo Federal, foi instituída a “cotação eletrônica” (Art. 4º, §2, do Decreto 5.540/2005).
- Em síntese, esse procedimento consiste em disponibilizar, em sítio eletrônico, a pretensão de contratação e aguardar, durante um período de tempo previamente determinado, o recebimento de propostas por e-mail.

Contratação Direta

- Imbuído desse intuito de ampliar o número de interessados, de modo a obter a proposta mais vantajosa, a Nova Lei prescreve que:
 - Art. 75. É dispensável a licitação:
 - § 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Contratação Direta

- Questão relevante diz respeito à possibilidade de haver um acréscimo contratual que supere o limite para a dispensa.
- Vislumbro duas situações distintas, quais sejam:
 - Será **licita** uma eventual alteração superveniente dos valores contratados que decorra da necessidades de **reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro** da avença;
 - Por outro lado, **não é permitida** a ampliação dos valores contratados que decorra de um **mero juízo de conveniência ou oportunidade** do gestor.

Contratação Direta

- Contratação Emergencial:
 - A Nova Lei dispensa a licitação quando a demora na realização do certame for incompatível com a urgência na execução do contrato:
 - Art. 75. É dispensável a licitação:
 - VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas **no prazo máximo de 1 (um) ano**, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, **vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;**

Contratação Direta

- Observa-se, portanto, que a Nova Lei amplia o prazo máximo de conclusão das obras e serviços emergenciais para um ano, contado da data de ocorrência da emergência ou calamidade.
- **Permanece vedada a prorrogação** dos contratos respectivos.
- Como novidade, a Lei traz **outra vedação**: a de **recontratação de empresa** que já foi contratada com base este mesmo inciso.

Contratação Direta

- Por meio da Decisão 347/1994-plenário, proferida em sede de consulta, o TCU firmou entendimento no sentido de que as dispensas de licitação por motivo de emergência ou de calamidade pública deverão observar, além das formalidades previstas no art. 26 da Lei 8.666/1993, os seguintes preceitos:
 - A situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo de agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;
 - Exista urgência concreta e efetiva para atendimento à situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, com vistas a afastar risco de danos a bens, à saúde ou à vida das pessoas;
 - O risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e gravoso;

Contratação Direta

- A imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado.
- Posteriormente, por meio do Acórdão 46/2002-Plenário do TCU, entendeu que se deve distinguir situação de emergência “real”, resultante do imprevisível, daquela decorrente da incúria ou inércia administrativa.
- A ambas deve-se dar idêntico tratamento, no que diz respeito à possibilidade de contratação direta.
- Ou seja, reconheceu-se que, caracterizada uma situação grave e excepcional, deve o gestor buscar atender o interesse público primário e tentar sanar o problema da forma mais eficiente possível, inclusive mediante a realização de contratação direta se for o caso.
- As causas que provocara, a situação emergencial deixam, pois, de ter relevância na análise ou não da possibilidade de contratação direta.
- O que não impede eventual responsabilização daquele que com uma conduta dolosa e culposa deu causa à situação de emergência.

Contratação Direta

- Ainda sobre a contratação emergencial, o § 6º do Art. 75 da Nova Lei dispõe:
 - Art. 75. É dispensável a licitação:
 - § 6º Para os fins do inciso VIII do **caput** deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, **sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.**
- O texto da lei deixa expresso, portanto, o entendimento que já vinha sendo adotado pelo TCU acerca da possibilidade de responsabilização do agente público que se manteve inerte e, com isso deu causa à situação de emergência.

Contratação Direta

- Veja-se a respeito o seguinte trecho do voto condutor do Acórdão 3.521/2010-2ª Câmara, Rel. Min. Benjamin Zymler:
 - “é possível a contratação direta quando a situação de emergência decorre da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos públicos, devendo-se analisar, para fim de responsabilização, a conduta do agente público que não adotou, tempestivamente, as providências cabíveis.”
- Verifica-se, assim, que a contratação amparada no inciso VIII do Art. 75 da Nova Lei depende, essencialmente, dos seguintes pressupostos objetivos:
 - Situação emergencial ou calamitosa;
 - Urgência de atendimento;
 - Risco; e
 - Contratação como meio adequado para afastar o risco.

Contratação Direta

- Consoante entendimento do TCU, “a contratação direta deve se restringir **somente à parcela mínima necessária para afastar a concretização do dano ou a perda dos serviços executados**, devendo a solução definitiva, conforme o caso, ser objeto de licitação formal, baseada em projeto básico dotado, inexoravelmente, de todos os elementos do Art. 6º inc. IX da Lei nº 8.666/1993” (Acórdão 943/2011-Plenário).

Contratação Direta

- Licitação Deserta:
 - Art. 75. É dispensável a licitação:
 - III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:
 - a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;
 - b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;
- Segundo o TCU, para validade da contratação direta fundamentada no inciso V do Art. 24 da Lei de Licitações, devem ser observados todos os requisitos constantes do edital da licitação deserta, mas também em relação às exigências de habilitação (Acórdão 56/2000-2ª Câmara).

Contratação Direta

- Na seguinte situação concreta, a contratação direta foi considerada indevida e foi aplicada a pena de multa ao responsável:
 - “somente pode ser empregado no caso de não acudirem interessados à licitação anterior e se o certame, justificadamente, não puder ser repetido sem prejuízo para administração (...) havia tempo hábil para a repetição do certame, pois o prazo para a execução do objeto pactuado era até 31/05/2003 e a declaração de licitação se deu em 13/11/2002, portanto, à época, dispunha-se de mais de 6 meses para refazer o processo licitatório” (Acórdão 342/2011-1ª Câmara).

Contratação Direta

- A ausência de interessados mencionada na lei pode restar configurada nas seguintes situações:
 - Não comparecimento de licitantes interessados (“Licitação Deserta”);
 - Comparecimento somente de licitante sem habilitação necessária ou de licitante habilitável que não apresentou proposta válida (“Licitação Fracassada”);
- A contratação direta é admissível em ambas as situações acima descritas, desde que estejam presentes os demais requisitos que legitimam a aplicação dessas dispensa.

Contratação Direta

- É possível a contratação direta quando os licitantes apresentarem propostas com preços manifestadamente superiores – Licitação Fracassada:
 - Art. 24. É dispensável a licitação:
 - VII - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 desta Lei e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços;

Contratação Direta

- A referida Contratação Direta pressupõe a observância das seguintes condições:
 - Apresentação, no certame licitatório, de propostas com preços inadmissíveis;
 - Desclassificação de todas as propostas e negociação, sem sucesso, com as licitantes, segundo a ordem de classificação (Art. 61); e
 - Existência de particular interessado na contratação por preço adequado.

Contratação Direta

- Contratação de ente de Administração
 - A Nova Lei manteve como hipótese de dispensa a licitação a contratação de bens e serviços de órgão ou entidade que integre a Administração Pública:
 - Art. 75. É dispensável a licitação:
 - IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

Contratação Direta

- Contratação de remanescente da obra, serviço ou fornecimento:
 - A licitação pode ser dispensada nos casos em que há rescisão contratual com remanescente de bens a serem fornecidos ou obras e serviços a serem executados.
 - Nessas situações, a administração pode convocar os demais licitantes da licitação, na ordem de classificação, para verificar se tem interesse em contratar o remanescente, nas mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
 - A Nova lei trouxe esta hipótese de dispensa no Art. 90, §7º.

Contratação Direta

- Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.
- § 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- § 2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

Contratação Direta

- § 3º Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- § 4º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
 - I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
 - II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Contratação Direta

- instituição brasileira de Pesquisa, Ensino ou Desenvolvimento Institucional:
 - XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

Contratação Direta

- Inexigibilidade pode ser utilizada na contratação de:
 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
 - I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
 - II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Contratação Direta

- III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
 - a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
 - b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
 - c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
 - d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
 - e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
 - f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
 - g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
 - h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

Contratação Direta

- Contratação de serviços artísticos:
 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
 - II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Contratação Direta

- Aquisição e Locação de Imóvel:
 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
 - I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
 - II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
 - III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
 - a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
 - b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

CAPÍTULO VIII - DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Seção I - Do Processo de Contratação Direta

- Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
 - I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
 - II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);
 - III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
 - IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
 - V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

CAPÍTULO VIII DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.
- Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
- Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Infrações e Sanções Administrativas

- No campo do Direito Administrativo Sancionador, a Lei 14.133/2021 traz várias inovações, tais como a instituição de **critérios** para a **dosimetria** das **sanções** nela previstas.
- A lei também tratou de **regras procedimentais** para **aplicação de sanções administrativas**, inclusive com previsão de **desconsideração de personalidade jurídica** (Arts, 157 a 160).
- É relevante ressaltar que a aplicação das sanções previstas na lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração Pública (Art. 156, §9º).

Infrações e Sanções Administrativas

- Foram incluídos, no **Código Penal**, os tipos penais previstos atualmente na Lei 8.666/1993, com **aumentos expressivos de pena**, bem como a **tipificação de outros delitos**, com destaque para a **conduta de “omissão grave de dado ou informação por projetista”** (Art. 178).
- Para incrementar a lisura dos certames licitatórios, houve **proibição de participação nos certames de empresas controladoras, controladas e coligadas entre si** (Art. 14, inciso V).

Infrações e Sanções Administrativas

- Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III - dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Infrações e Sanções Administrativas

- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- Por certo, na ocorrência de alguns desses fatos, incluindo eventuais falhas na execução contratual, cabe ao gestor autuar o devido processo administrativo para aplicação de sanção e, se for o caso, providenciar a extinção do contrato.

Infrações e Sanções Administrativas

- Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
 - I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- De forma elogiável, a norma estabeleceu uma correlação entre a infração e o tipo de sanção, o que se trata de uma crítica à Lei 8.666/1993, que não se preocupou com essa questão.

Advertência

- Será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de “dar causa à inexecução parcial do contrato”, **quando não se justificar a imposição de penalidade considerada mais grave** (Art. 156, §2º).

Multa

- Aplicável em qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155, devendo ser calculada **na forma do edital ou do contrato**.
- Não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato (Art. 156, §3º).
- Poderá ocorrer de forma cumulativa com outras sanções (Art. 156, §7º).
- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. (Art. 156, §8º).

Impedimento de licitar e contratar

- Será aplicada no caso das infrações elencadas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos (art. 156, §4º).

Declaração de inidoneidade

- A pena de declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII referido no artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a pena de impedimento de licitar.
- Como efeito de pena, o agente sancionado ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de **todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

Infrações e Sanções Administrativas

- Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
 -
 - § 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
 - I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
 - II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

Multa de mora

- Além das sanções previstas no Art. 156, a nova lei estipula que o atraso injustificado na execução do contrato **sujeitará** o contratado a multa de mora, **na forma prevista em edital ou em contrato**.
- A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei (Art. 162).
 - Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.
 - Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Infrações e Sanções Administrativas

- Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
 - § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
 - I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Infrações e Sanções Administrativas

- Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.
- Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Infrações e Sanções Administrativas

- A esse respeito, por meio do Acórdão 348/2016-Plenário, o TCU firmou os seguintes entendimentos:
 - I – As sanções de declaração de inidoneidade impostas pelo TCU a um mesmo agente deverão ser cumpridas sucessivamente.
 - II – Aplica-se analogicamente os procedimentos previstos nos §§ 1º e 2º do Art. 75 do Código Penal Brasileiro(CPB), para limitar o cumprimento do conjunto das sanções ao limite de cinco anos.
 - III – Sobrevindo condenação, após o encerramento da execução, a nova sanção deve ser cumprida integralmente.
 - IV – Cabe à controladoria Geral da União – CGU aplicar os critérios estabelecidos nos §§ do Art. 75 do CPB para estabelecer o tempo de cumprimento do conjunto de sanções.

Infrações e Sanções Administrativas

- A Lei 14.133/2021 deve por fim a controvérsia acerca da definição da abrangência e eficácia das sanções que limitam a participação em certames licitatórios.
- Segundo o STJ, a sanção de suspensão temporária teria ampla eficácia, importando na proibição de contratar não apenas com o órgão ou ente sancionador, mas também com toda a Administração Pública.
- Em sentido diverso, a corrente majoritária da jurisprudência do TCU entendia que tal sanção teria efeitos somente nas licitações do órgão ou entidade responsável pela aplicação da pena (nesse sentido, os Acórdão Plenários 408/2013 e 1.003/2015).

Infrações e Sanções Administrativas

- Para solucionar a controvérsia, a Nova Lei acabou com a sanção de suspensão e manteve as sanções de impedimento – até então prevista na Lei 10.520/2002 – e de declaração de inidoneidade.
- Conforme disposto no Art. 156, §4º, a sanção de impedimento obstará a participação da empresa penalizada nas contratações promovidas pela “Administração Pública direta e indireta **do ente federativo que tiver aplicado a sanção**”.
- Por seu turno, a pena de declaração de inidoneidade impedirá a licitante de disputar certames “no âmbito da Administração Pública direta e indireta **de todos os entes federativos**” (Art. 156, §5º).

Infrações e Sanções Administrativas

- Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
 - I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
 - II - pagamento da multa;
 - III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
 - IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
 - V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
 - Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Infrações e Sanções Administrativas

- Para algumas espécies de infração, tais como apresentação de declaração falsa ou prática de ato lesivo enquadrado na Lei Anticorrupção, há a exigência de mais um requisito (Parágrafo único, do art. 163):
 - A implantação ou aperfeiçoamento de um programa de integridade.
- As novas condições entabuladas para a reabilitação exigem cuidado da autoridade sancionadora em estabelecer condições de reabilitação que deverão ser definidas no ato punitivo.

Infrações e Sanções Administrativas

- Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- § 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.
- § 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Infrações e Sanções Administrativas

- § 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- § 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
 - I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
 - II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 - III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
- Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Comentários à nova Instrução Normativa 01/2017

Condutas e dosimetria aplicável ao art. 7º da Lei 10.520/02

- A recente Instrução Normativa 01/17 (SGPR) estabeleceu critérios sobre condutas e procedimentos destinados à chamada “dosimetria da penalidade”[1] relacionada à aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02, que assim dispõe:
 - Art. 7º - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- Considerando a discricionariedade nos atos administrativos e o juízo de valores pertinente, ponderar a gravidade da prática cometida pelo infrator, observando os Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade, é medida adequada e elogiável a ser tomada pela Administração, pois desta avaliação obterá uma média justa e eficaz para inibir tanto novas práticas ilícitas quanto para punir a respectiva conduta reprovável.

Sanções / Penalidades

- Sobre o tema, o Manual de Sanções do site Compras Governamentais também já estabelece:
- O processo administrativo para aplicação de sanção é o instrumento pelo qual se assegura o respeito aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Trata-se de um conjunto de atos ordenados em uma sequência lógica que visa à apuração de um fato ou infração administrativa que pode resultar em possível aplicação de sanção.

Sanções / Penalidades

- Nestes processos é importante que os responsáveis observem, dentre outras, as seguintes condutas:
 - a) Atuar conforme a lei e o Direito;
 - b) Atuar segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;
 - c) Divulgar de maneira oficial os atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;
 - d) Promover a adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;
 - e) Indicar os pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;
 - f) Observar as formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;
 - g) Adotar formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;
 - h) Garantir os direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

Sanções / Penalidades

- i) Observar a proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei; 16 PROCEDIMENTOS GERAIS
- j) Dar impulsão, de ofício, no processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados. Em contrapartida existem condutas que devem ser evitadas, tais como:
 - a) Aplicar sanção sem instauração de processo administrativo;
 - b) Aplicar sanções sem a observância do contraditório e ampla defesa;
 - c) Conferir prazo exíguo para a defesa prévia;
 - d) Aplicar sanção sem atentar à dosimetria e a proporcionalidade;
 - e) Fixar prazos exíguos para o cumprimento do ato de correção da irregularidade conduzindo o contratado à reincidência;
 - f) Deixar, injustificadamente, de aplicar sanção;
 - g) Deixar de registrar no SICAF ou nos sistemas adequados as sanções aplicadas;
 - h) Deixar de requerer a complementação de garantias após o seu uso;
 - i) Deixar de motivar a decisão que aplica a sanção;
 - j) Deixar de fornecer informações dos atos processuais ao sancionado[4] (sem grifos no original).

Sanções / Penalidades

- No âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU), “A dosimetria da pena (...) tem como balizadores o nível de gravidade dos ilícitos apurados, com a valoração das circunstâncias fáticas e jurídicas envolvidas, e a isonomia de tratamento com casos análogos. O Tribunal não realiza dosimetria objetiva da multa, comum à aplicação de normas do Direito Penal. Não há um rol de agravantes e atenuantes legalmente reconhecido”.

A NOVA INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/17

- A IN 01/17, publicada em 13/10/17, trouxe critérios relacionados à aplicação da penalidade indicada no art. 7º da Lei do Pregão. Conforme estabelecido em seu art. 2º (“Art. 2º - Nas licitações na modalidade pregão realizadas no âmbito da Presidência da República é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para a aplicação das respectivas sanções, quando da ocorrência das condutas a seguir relacionadas:”), eis as divisões:

A NOVA INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/17

Previsões:	Penalidades		
	Impedimento de licitar e contratar	Descredenciamento no SICAF	Período
Não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 2º, inc. I)	X	X	4 meses
Deixar de entregar documentação exigida para o certame (art. 2º, inc. II)	X	X	2 meses
Declaração falsa ou apresentar documentação falsa (art. 2º, inc. III)	X	X	24 meses
Ensejar o retardamento da execução do objeto (art. 2º, inc. IV)	X	X	4 meses
Não manter a proposta (art. 2º, inc. V)	X	X	4 meses
Falhar na execução do contrato (art. 2º, inc. VI)	X	X	12 meses
Fraudar na execução do contrato (art. 2º, inc. VII)	X	X	30 meses
Comportar-se de modo inidôneo (art. 2º, inc. VIII)	X	X	24 meses
Cometer fraude fiscal (art. 2º, inc. IX)	X	X	40 meses

SITUAÇÕES AGRAVANTES

- Conforme art. 3º da IN 01/17 (SGPR), as sanções indicadas poderão ser majoradas em 50%, para cada agravante e até o limite de 60 meses, se ocorrer alguma das situações a seguir:
- **Reincidência (art. 3º, inc. I)**
 - Quando o licitante/contratado já possuir registro no SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Presidência da República pela prática de qualquer das condutas tipificadas pelo art. 2º, nos 12 meses anteriores ao fato que decorrerá a aplicação de nova penalidade.
- **Notória impossibilidade de atendimento ao edital (art. 3º, inc. II)**
 - Quando comprovadamente o licitante desclassificado ou inabilitado não detinha condições de atender ao exigido em edital.
- **Deliberado não atendimento de diligências (art. 3º, inc. III)**
 - Quando de forma deliberada (intencional) o licitante não atender ou responder solicitações relacionadas a diligências destinadas ao esclarecimento ou complementação da instrução do processo licitatório.

SITUAÇÕES ATENUANTES

- Segundo o art. 4º da IN 01/17 (SGPR), as penas previstas nos incs. I, II, IV e V do art. 2º, poderão ser reduzidas em 50% (uma única vez) após a incidência do previsto no art. 3º, quando não houver nenhum dano à Administração, em decorrência das seguintes atenuantes:
 - **Falha perdoável (inc. I)**
 - Quando a conduta praticada pelo licitante ou contratado for comprovadamente decorrente de falha escusável. Notória impossibilidade de atendimento ao edital (art. 3º, inc. II)
 - **Vícios alheios à conduta do particular (inc. II)**
 - Quando a conduta praticada for decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante/contratado; ou que não sejam de fácil identificação, devidamente comprovado.
 - **Deliberado não atendimento de diligências (art. 3º, inc. III)**
 - Quando de forma deliberada (intencional) o licitante não atender ou responder solicitações relacionadas a diligências destinadas ao esclarecimento ou complementação da instrução do processo licitatório.
 - **Declaração falsa de tratamento diferenciado (art. 3º, inc. IV)**
 - Quando comprovadamente o licitante apresentar declaração falsa de que possui direito à tratamento diferenciado previsto em legislação específica.

SITUAÇÕES ATENUANTES

- **Documentação equivocada que não atende ao edital, com ausência de dolo (inc. III)**
 - Quando a conduta praticada pelo licitante/contratado decorrer da apresentação de documentação que não atende às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco no seu encaminhamento e não existir dolo na referida conduta.
 - A aplicação das penas previstas pela IN 01/17 (SGPR) não excluem outras sanções previstas no edital, contrato ou na legislação vigente (art. 7º), sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal dos envolvidos, inclusive perdas e danos causados para a Administração. Alerta-se, também, que situações que envolvam “concurso de condutas” serão apenadas mais severamente (art. 6º).
 - Para a apuração dos fatos e das condutas praticadas, baseada no princípio da boa-fé objetiva, a Administração poderá promover diligências visando o esclarecimento de dúvidas e a apuração da veracidade das informações, bem como considerar todas as provas e documentos apresentados pela defesa dos envolvidos (art. 8º). Diligências poderão ser, inclusive, requisitadas pelo acusado, o qual terá direito ao contraditório e à ampla defesa, juntando ao processo todo meio de prova necessário à sua defesa (parágrafo único).
- **Material de Rogério Corrêa é advogado especialista em licitações e contratos administrativos. (Orientação Técnica do Grupo Negócios Públicos).**

Certificação do Pregoeiro

- Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:
 -
 - II- tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público;

Processo Licitatório

- Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:
 - I - assegurar a **seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso** para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
 - II - assegurar **tratamento isonômico entre os licitantes**, bem como a justa competição;
 - III - **evitar contratações com sobrepreço** ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
 - IV - incentivar a **inovação** e o **desenvolvimento nacional sustentável**.
 - Parágrafo único. A **alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações** e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

Processo Licitatório

- Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:
 - I - os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
 - II - os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 desta Lei;
 - III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;
 - IV - a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
 - V - o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;
 - VI - os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

Processo Licitatório

- VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. (Regulamento)
- § 1º O plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput deste artigo deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos.
- § 2º É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Processo Licitatório

- Art. 13. Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.
 - Parágrafo único. A publicidade será diferida:
 - I - quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
 - II - quanto ao orçamento da Administração, nos termos do art. 24 desta Lei.

Processo Licitatório

- Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
 - I- autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - II- empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

Processo Licitatório

- IV- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Processo Licitatório

- § 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- § 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- § 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

Processo Licitatório

- § 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- § 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

Processo Licitatório

- Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:
 - I- preparatória;
 - II- de divulgação do edital de licitação;
 - III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
 - IV- de julgamento;
 - V - de habilitação;
 - VI - recursal;
 - VII - de homologação.

Processo Licitatório

- **§ 1º A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.**
- **§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica**, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
- **§ 3º** Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

Processo Licitatório

- § 4º Nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.
- § 5º Na hipótese excepcional de licitação sob a **forma presencial** a que refere o § 2º deste artigo, a sessão pública de apresentação de propostas deverá ser **gravada em áudio e vídeo**, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento.
- § 6º A Administração poderá exigir certificação por organização independente acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) como condição para aceitação de:
 - I- estudos, anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos;
 - II- conclusão de fases ou de objetos de contratos;
 - III - material e corpo técnico apresentados por empresa para fins de habilitação.

Possibilidade de indicação de Marca

- Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:
 - I- indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:
 - a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
 - b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
 - c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
 - d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

Possibilidade de indicação de Marca

- Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:
 - I- comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;
 - II- declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;
 - III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

Possibilidade de indicação de Marca

- § 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).
- § 2º A Administração poderá, nos termos do edital de licitação, oferecer protótipo do objeto pretendido e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.
- § 3º No interesse da Administração, as amostras a que se refere o § 2º deste artigo poderão ser examinadas por instituição com reputação ético-profissional na especialidade do objeto, previamente indicada no edital.

Amostras

- Art. 17
 -
 - § 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do **caput** deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

Amostras

- Art. 41
 -
 - II - exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;

Padronização

- Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:
 -
 - V - atendimento aos princípios:
 - a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:
 - I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:
 - a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

Padronização

- Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:
 - I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- Art. 43. O processo de padronização deverá conter:
 - I - parecer técnico sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia;
 - II - despacho motivado da autoridade superior, com a adoção do padrão;
 - III - síntese da justificativa e descrição sucinta do padrão definido, divulgadas em sítio eletrônico oficial.

Padronização

- § 1º É permitida a padronização com base em processo de outro órgão ou entidade de nível federativo igual ou superior ao do órgão adquirente, devendo o ato que decidir pela adesão a outra padronização ser devidamente motivado, com indicação da necessidade da Administração e dos riscos decorrentes dessa decisão, e divulgado em sítio eletrônico oficial.
- § 2º As contratações de soluções baseadas em software de uso disseminado serão disciplinadas em regulamento que defina processo de gestão estratégica das contratações desse tipo de solução.

Fornecimento Contínuo

- Art. 6º
 -
 - XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;
- Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:
 -
 - III - determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;

Fornecimento Contínuo

- Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
 - I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
 - II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
 - III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- § 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.
- § 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Tratamento Diferenciado a ME e EPP

- Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:
 - I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
 - II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Habilitação

- Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:
 - I - jurídica;
 - II - técnica;
 - III - fiscal, social e trabalhista;
 - IV - econômico-financeira.

Habilitação

- Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:
 - I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
 - II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;
 - III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
 - IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Habilitação

- § 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- § 2º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

Habilitação

- § 3º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- § 4º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

Habilitação

- Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
 - I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
 - II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- § 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- § 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Habilitação

- Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.
- § 1º As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- § 2º A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento.

Habilitação

- Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

Qualificação Técnica

- Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:
 - I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
 - II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;
 - III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
 - IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
 - V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;
 - VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Qualificação Técnica

- § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
- § 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.
- § 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

Qualificação Técnica

- § 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- § 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.
- § 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Qualificação Técnica

- § 7º Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do caput deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- § 8º Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do caput deste artigo.
- § 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

Qualificação Técnica

- § 10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
 - I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
 - II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

Qualificação Técnica

- § 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.
- § 12. Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Habilitação Fiscal

- Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:
 - I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
 - V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
 - VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Habilitação Fiscal

- § 1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.
- § 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do caput deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

Habilitação Financeira

- Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:
 - I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
 - II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- § 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

Habilitação Financeira

- § 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.
- § 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.
- § 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Habilitação Financeira

- § 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.
- § 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Forma de Apresentação

- Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:
 - I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
 - II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;
 - III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
- Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

Encerramento das Licitações

- Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
 - I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
 - III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- § 1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- § 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- § 3º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.
- § 4º O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

Modalidades de Licitação

- Art. 6º
 - ...
 - XXXVIII - **concorrência**: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:
 - a) menor preço;
 - b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
 - c) técnica e preço;
 - d) maior retorno econômico;
 - e) maior desconto;
 - XXXIX - **concurso**: modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor;

Modalidades de Licitação

- Art. 6º
 - ...
 - XL - **leilão**: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;
 - XLI - **pregão**: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
 - XLII - **diálogo competitivo**: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;

Modalidades de Licitação

- Art. 28. São modalidades de licitação:
 - I - pregão;
 - II - concorrência;
 - III - concurso;
 - IV - leilão;
 - V - diálogo competitivo.
- § 1º Além das modalidades referidas no caput deste artigo, a Administração pode servir-se dos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 desta Lei.
- § 2º É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação daquelas referidas no caput deste artigo.

Modalidades de Licitação

- Art. 29. A **concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum** a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- Parágrafo único. O **pregão não se aplica** às contratações de **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual** e de **obras e serviços de engenharia**, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

Modalidades de Licitação

- Art. 30. O **concurso** observará as regras e condições previstas em edital, que indicará:
 - I - a qualificação exigida dos participantes;
 - II - as diretrizes e formas de apresentação do trabalho;
 - III - as condições de realização e o prêmio ou remuneração a ser concedida ao vencedor.
- Parágrafo único. Nos concursos destinados à elaboração de projeto, o vencedor deverá ceder à Administração Pública, nos termos do art. 93 desta Lei, todos os direitos patrimoniais relativos ao projeto e autorizar sua execução conforme juízo de conveniência e oportunidade das autoridades competentes.

Modalidades de Licitação

- Art. 31. O **leilão** poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.
- § 1º Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.

Modalidades de Licitação

- § 2º O leilão será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, que conterá:
 - I - a descrição do bem, com suas características, e, no caso de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros;
 - II - o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro designado;
 - III - a indicação do lugar onde estiverem os móveis, os veículos e os semoventes;
 - IV - o sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se excepcionalmente for realizado sob a forma presencial por comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;
 - V - a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados.

Modalidades de Licitação

- § 3º Além da divulgação no sítio eletrônico oficial, o edital do leilão será afixado em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração e poderá, ainda, ser divulgado por outros meios necessários para ampliar a publicidade e a competitividade da licitação.
- § 4º O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

Dialogo Competitivo x Manifestação de Interesse

- Diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios previamente objetivos, com intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de proposta final após o encerramento de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar diálogos.

Dialogo Competitivo x Manifestação de Interesse

- No procedimento de Manifestação de Interesse a Administração poderá solicitar à iniciativa privada, mediante procedimento aberto de manifestação de interesse a ser iniciado com a publicação de edital de chamamento público, a propositura e a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública, na forma de regulamento.

Dialogo Competitivo

- Inspiração
 - Diálogo Concorrencial – Diretiva 2014/24 - União Europeia – Art.30.
 - Legislações específicas de Portugal, da França, da Inglaterra.
- Fases do Dialogo Competitivo
 - De Diálogo
 - De competição a partir da solução (ou soluções) obtidas com o diálogo;

Fases do Dialogo Competitivo

- Art. 32. A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração:
 - I - vise a contratar objeto que envolva as seguintes condições:
 - a) inovação tecnológica ou técnica;
 - b) impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e
 - c) impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração;
 - II - verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para os seguintes aspectos:
 - a) a solução técnica mais adequada;
 - b) os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida;
 - c) a estrutura jurídica ou financeira do contrato;

Procedimento do Dialogo Competitivo

- Fase Interna
 - Estabelecimento das necessidades da Administração;
 - Estabelecimento dos critérios para a pré-seleção dos licitantes;
 - Publicação do Edital (para início da fase externa).
- Fase Externa
 - Qualificação;
 - Diálogo;
 - Julgamento das Propostas.

Procedimento do Dialogo Competitivo

- § 1º Na modalidade diálogo competitivo, serão observadas as seguintes disposições:
 - I - a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação;
 - II - os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, e serão admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos;
 - III - a divulgação de informações de modo discriminatório que possa implicar vantagem para algum licitante será vedada;

Procedimento do Dialogo Competitivo

- IV - a Administração não poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento;
- V - a fase de diálogo poderá ser mantida até que a Administração, em decisão fundamentada, identifique a solução ou as soluções que atendam às suas necessidades;
- VI - as reuniões com os licitantes pré-selecionados serão registradas em ata e gravadas mediante utilização de recursos tecnológicos de áudio e vídeo;
- VII - o edital poderá prever a realização de fases sucessivas, caso em que cada fase poderá restringir as soluções ou as propostas a serem discutidas;

Procedimento do Dialogo Competitivo

- VIII - a Administração deverá, ao declarar que o diálogo foi concluído, juntar aos autos do processo licitatório os registros e as gravações da fase de diálogo, iniciar a fase competitiva com a divulgação de edital contendo a especificação da solução que atenda às suas necessidades e os critérios objetivos a serem utilizados para seleção da proposta mais vantajosa e abrir prazo, não inferior a 60 (sessenta) dias úteis, para todos os licitantes pré-selecionados na forma do inciso II deste parágrafo apresentarem suas propostas, que deverão conter os elementos necessários para a realização do projeto;
- IX - a Administração poderá solicitar esclarecimentos ou ajustes às propostas apresentadas, desde que não impliquem discriminação nem distorçam a concorrência entre as propostas;

Procedimento do Dialogo Competitivo

- X - a Administração definirá a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados no início da fase competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado;
- XI - o diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão;
- § 2º Os profissionais contratados para os fins do inciso XI do § 1º deste artigo assinarão termo de confidencialidade e abster-se-ão de atividades que possam configurar conflito de interesses.

Procedimento do Dialogo Competitivo

- X - a Administração definirá a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados no início da fase competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado;
- XI - o diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão;
- § 2º Os profissionais contratados para os fins do inciso XI do § 1º deste artigo assinarão termo de confidencialidade e abster-se-ão de atividades que possam configurar conflito de interesses.

Critérios de Julgamento

- Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:
 - I - menor preço;
 - II - maior desconto;
 - III - melhor técnica ou conteúdo artístico;
 - IV - técnica e preço;
 - V - maior lance, no caso de leilão;
 - VI - maior retorno econômico.

Critérios de Julgamento

- Art. 34. O julgamento por **menor preço ou maior desconto** e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.
- § 1º Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.
- § 2º O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

Critérios de Julgamento

- Art. 35. O julgamento por **melhor técnica ou conteúdo artístico** considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes, e o edital deverá definir o prêmio ou a remuneração que será atribuída aos vencedores.
- Parágrafo único. O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo poderá ser utilizado para a contratação de projetos e trabalhos de natureza técnica, científica ou artística.

Critérios de Julgamento

- Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

Critérios de Julgamento

- § 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:
 - I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;
 - II - serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;
 - III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;
 - IV - obras e serviços especiais de engenharia;
 - V - objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no edital de licitação.

Critérios de Julgamento

- 2º No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica.
- § 3º O desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica, observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 desta Lei e em regulamento.

Critérios de Julgamento

- Art. 37. O julgamento por **melhor técnica ou por técnica e preço** deverá ser realizado por:
 - I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;
 - II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;
 - III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 desta Lei e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- § 1º A banca referida no inciso II do caput deste artigo terá no mínimo 3 (três) membros e poderá ser composta de:
 - I - servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública;
 - II - profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que seus trabalhos sejam supervisionados por profissionais designados conforme o disposto no art. 7º desta Lei.

Critérios de Julgamento

- § 2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por:
 - I - melhor técnica; ou
 - II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.”

Critérios de Julgamento

- Art. 38. No julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, a obtenção de pontuação devido à capacitação técnico-profissional exigirá que a execução do respectivo contrato tenha participação direta e pessoal do profissional correspondente.
- Art. 39. O julgamento por maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.
- § 1º Nas licitações que adotarem o critério de julgamento de que trata o caput deste artigo, os licitantes apresentarão:
 - I - proposta de trabalho, que deverá contemplar:
 - a) as obras, os serviços ou os bens, com os respectivos prazos de realização ou fornecimento;
 - b) a economia que se estima gerar, expressa em unidade de medida associada à obra, ao bem ou ao serviço e em unidade monetária;

Critérios de Julgamento

- II - proposta de preço, que corresponderá a percentual sobre a economia que se estima gerar durante determinado período, expressa em unidade monetária.
- § 2º O edital de licitação deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo para a remuneração devida ao contratado.
- § 3º Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico será o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.
- § 4º Nos casos em que não for gerada a economia prevista no contrato de eficiência:
 - I - a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração do contratado;
 - II - se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior ao limite máximo estabelecido no contrato, o contratado sujeitar-se-á, ainda, a outras sanções cabíveis.

Modos de disputa aberto e fechado

- Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:
 - I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;
 - II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.
 - § 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.
 - § 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.
 - § 3º Serão considerados intermediários os lances:
 - I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;
 - II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

Modos de Disputa

- § 4º Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.
- § 5º Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

Definição de diferença entre lances

- Art. 57. O edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

Garantias

- Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pre-habilitação.
- § 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.
- § 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- § 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- § 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.

Negociação

- Art. 61. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
- § 1º A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- § 2º A negociação será conduzida por agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

Julgamento

- Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:
 - I - contiverem vícios insanáveis;
 - II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- § 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- § 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

Julgamento

- § 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.
- § 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- § 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

Julgamento

- Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
 - I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023)
Vigência
 - IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Julgamento

- § 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - II - empresas brasileiras;
 - III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- § 2º As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Julgamento

- Art. 61. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
- § 1º A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- § 2º A negociação será conduzida por agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

Portal Nacional de Contratações Públicas

- Art. 174. É criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sítio eletrônico oficial destinado à:
 - I - divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos por esta Lei;
 - II - realização facultativa das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos.
- § 1º O PNCP será gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, a ser presidido por representante indicado pelo Presidente da República e composto de:
 - I - 3 (três) representantes da União indicados pelo Presidente da República;
 - II - 2 (dois) representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração;
 - III - 2 (dois) representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.

Portal Nacional de Contratações Públicas

- § 2º O PNCP conterá, entre outras, as seguintes informações acerca das contratações:
 - I - planos de contratação anuais;
 - II - catálogos eletrônicos de padronização;
 - III - editais de credenciamento e de pré-qualificação, avisos de contratação direta e editais de licitação e respectivos anexos;
 - IV - atas de registro de preços;
 - V - contratos e termos aditivos;
 - VI - notas fiscais eletrônicas, quando for o caso.

Portal Nacional de Contratações Públicas

- § 3º O PNCP deverá, entre outras funcionalidades, oferecer:
 - I - sistema de registro cadastral unificado;
 - II - painel para consulta de preços, banco de preços em saúde e acesso à base nacional de notas fiscais eletrônicas;
 - III - sistema de planejamento e gerenciamento de contratações, incluído o cadastro de atesto de cumprimento de obrigações previsto no [§ 4º do art. 88 desta Lei](#);
 - IV - sistema eletrônico para a realização de sessões públicas;
 - V - acesso ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);
 - VI - sistema de gestão compartilhada com a sociedade de informações referentes à execução do contrato, que possibilite:
 - a) envio, registro, armazenamento e divulgação de mensagens de texto ou imagens pelo interessado previamente identificado;
 - b) acesso ao sistema informatizado de acompanhamento de obras a que se refere o inciso III do caput do art. 19 desta Lei;
 - c) comunicação entre a população e representantes da Administração e do contratado designados para prestar as informações e esclarecimentos pertinentes, na forma de regulamento;
 - d) divulgação, na forma de regulamento, de relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Portal Nacional de Contratações Públicas

- VI - sistema de gestão compartilhada com a sociedade de informações referentes à execução do contrato, que possibilite:
 - a) envio, registro, armazenamento e divulgação de mensagens de texto ou imagens pelo interessado previamente identificado;
 - b) acesso ao sistema informatizado de acompanhamento de obras a que se refere o inciso III do caput do art. 19 desta Lei;
 - c) comunicação entre a população e representantes da Administração e do contratado designados para prestar as informações e esclarecimentos pertinentes, na forma de regulamento;
 - d) divulgação, na forma de regulamento, de relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- § 4º O PNCP adotará o formato de dados abertos e observará as exigências previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- § 5º (VETADO).

Portal Nacional de Contratações Públicas

- Art. 175. Sem prejuízo do disposto no art. 174 desta Lei, os entes federativos poderão instituir sítio eletrônico oficial para divulgação complementar e realização das respectivas contratações.
 - § 1º Desde que mantida a integração com o PNCP, as contratações poderão ser realizadas por meio de sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado, na forma de regulamento.
 - § 2º Até 31 de dezembro de 2023, os Municípios deverão realizar divulgação complementar de suas contratações mediante publicação de extrato de edital de licitação em jornal diário de grande circulação local.

Portal Nacional de Contratações Públicas

- Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:
 - I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;
 - II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;
 - III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.
 - Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:
 - I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;
 - II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Portal Nacional de Contratações Públicas

- Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- § 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação. (Promulgação partes vetadas)
- § 2º É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim.
- § 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

Portal Nacional de Contratações Públicas

- Art. 87. Para os fins desta Lei, os órgãos e entidades da Administração Pública deverão utilizar o sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes, na forma disposta em regulamento.

Portal Nacional de Contratações Públicas

- Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:
 - I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
 - II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.
- § 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, sob pena de nulidade.
- § 2º A divulgação de que trata o caput deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.
- § 3º No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

Publicação

- Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:
- I - para aquisição de bens:
 - a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;
 - b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea “a” deste inciso;
- II - no caso de serviços e obras:
 - a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;
 - b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia;
 - c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada;
 - d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas “a”, “b” e “c” deste inciso;

Publicação

- III - para licitação em que se adote o critério de julgamento de maior lance, 15 (quinze) dias úteis;
- IV - para licitação em que se adote o critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico, 35 (trinta e cinco) dias úteis.
- § 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- § 2º Os prazos previstos neste artigo poderão, mediante decisão fundamentada, ser reduzidos até a metade nas licitações realizadas pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Publicação

- Art. 32. A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração:
 -
 - § 1º Na modalidade diálogo competitivo, serão observadas as seguintes disposições:
 - I - a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação;
 - ...
 - VIII - a Administração deverá, ao declarar que o diálogo foi concluído, juntar aos autos do processo licitatório os registros e as gravações da fase de diálogo, iniciar a fase competitiva com a divulgação de edital contendo a especificação da solução que atenda às suas necessidades e os critérios objetivos a serem utilizados para seleção da proposta mais vantajosa e abrir prazo, não inferior a 60 (sessenta) dias úteis, para todos os licitantes pré-selecionados na forma do inciso II deste parágrafo apresentarem suas propostas, que deverão conter os elementos necessários para a realização do projeto;

Publicação

- Art. 183. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:
 - I - os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
 - II - os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
 - III - nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.
- § 1º Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:
 - I - o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;
 - II - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

Publicação

- § 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.
- § 3º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.

Procedimentos Auxiliares

- Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:
 - I - credenciamento;
 - II - pré-qualificação;
 - III - procedimento de manifestação de interesse;
 - IV - sistema de registro de preços;
 - V - registro cadastral.
- § 1º Os procedimentos auxiliares de que trata o caput deste artigo obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento.
- § 2º O julgamento que decorrer dos procedimentos auxiliares das licitações previstos nos incisos II e III do caput deste artigo seguirá o mesmo procedimento das licitações.

Credenciamento

- Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
 - I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
 - II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
 - III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Credenciamento

- **Parágrafo único.** Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:
 - I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;
 - II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;
 - III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;
 - IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;
 - V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;
 - VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

Pré-Qualificação

- Art. 80. A pré-qualificação é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente:
 - I - licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou de licitação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos;
 - II - bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração.
- § 1º Na pré-qualificação observar-se-á o seguinte:
 - I - quando aberta a licitantes, poderão ser dispensados os documentos que já constarem do registro cadastral;
 - II - quando aberta a bens, poderá ser exigida a comprovação de qualidade.
 - § 2º O procedimento de pré-qualificação ficará permanentemente aberto para a inscrição de interessados.

Pré-Qualificação

- § 3º Quanto ao procedimento de pré-qualificação, constarão do edital:
 - I - as informações mínimas necessárias para definição do objeto;
 - II - a modalidade, a forma da futura licitação e os critérios de julgamento.
- § 4º A apresentação de documentos far-se-á perante órgão ou comissão indicada pela Administração, que deverá examiná-los no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis e determinar correção ou reapresentação de documentos, quando for o caso, com vistas à ampliação da competição.
- § 5º Os bens e os serviços pré-qualificados deverão integrar o catálogo de bens e serviços da Administração.
- § 6º A pré-qualificação poderá ser realizada em grupos ou segmentos, segundo as especialidades dos fornecedores.

Pré-Qualificação

- § 7º A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, com alguns ou todos os requisitos técnicos ou de habilitação necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.
- § 8º Quanto ao prazo, a pré-qualificação terá validade:
 - I - de 1 (um) ano, no máximo, e poderá ser atualizada a qualquer tempo;
 - II - não superior ao prazo de validade dos documentos apresentados pelos interessados.
- § 9º Os licitantes e os bens pré-qualificados serão obrigatoriamente divulgados e mantidos à disposição do público.
- § 10. A licitação que se seguir ao procedimento da pré-qualificação poderá ser restrita a licitantes ou bens pré-qualificados.

Manifestação de Interesse

- Art. 81. A Administração poderá solicitar à iniciativa privada, mediante procedimento aberto de manifestação de interesse a ser iniciado com a publicação de edital de chamamento público, a propositura e a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública, na forma de regulamento.
- § 1º Os estudos, as investigações, os levantamentos e os projetos vinculados à contratação e de utilidade para a licitação, realizados pela Administração ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, e o vencedor da licitação deverá ressarcir os dispêndios correspondentes, conforme especificado no edital.

Manifestação de Interesse

- § 2º A realização, pela iniciativa privada, de estudos, investigações, levantamentos e projetos em decorrência do procedimento de manifestação de interesse previsto no caput deste artigo:
 - I - não atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório;
 - II - não obrigará o poder público a realizar licitação;
 - III - não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração;
 - IV - será remunerada somente pelo vencedor da licitação, vedada, em qualquer hipótese, a cobrança de valores do poder público.

Manifestação de Interesse

- § 3º Para aceitação dos produtos e serviços de que trata o caput deste artigo, a Administração deverá elaborar parecer fundamentado com a demonstração de que o produto ou serviço entregue é adequado e suficiente à compreensão do objeto, de que as premissas adotadas são compatíveis com as reais necessidades do órgão e de que a metodologia proposta é a que propicia maior economia e vantagem entre as demais possíveis.
- § 4º O procedimento previsto no caput deste artigo poderá ser restrito a startups, assim considerados os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, de natureza emergente e com grande potencial, que se dediquem à pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novos produtos ou serviços baseados em soluções tecnológicas inovadoras que possam causar alto impacto, exigida, na seleção definitiva da inovação, validação prévia fundamentada em métricas objetivas, de modo a demonstrar o atendimento das necessidades da Administração.

Sistema de Registro de Preços (SRP)

- Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:
 - I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
 - II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;
 - III - a possibilidade de prever preços diferentes:
 - a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
 - b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
 - c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
 - d) por outros motivos justificados no processo;
 - IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
 - V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;
 - VI - as condições para alteração de preços registrados;

Sistema de Registro de Preços (SRP)

- VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;
- VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
- IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.
- § 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.
- § 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Sistema de Registro de Preços (SRP)

- § 3º É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:
 - I - quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores;
 - II - no caso de alimento perecível;
 - III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.
- § 4º Nas situações referidas no § 3º deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

Sistema de Registro de Preços (SRP)

- § 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:
 - I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;
 - II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;
 - III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;
 - IV - atualização periódica dos preços registrados;
 - V - definição do período de validade do registro de preços;
 - VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.
- § 6º O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

Sistema de Registro de Preços (SRP)

- Art. 83. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.
- Art. 85. A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:
 - I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;
 - II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Carona

- Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.
 - § 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.
 - § 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
 - I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;
 - III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

Carona

- § 3º A faculdade conferida pelo § 2º deste artigo estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.
- § 4º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- § 5º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Carona

- § 6º A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 desta Lei.
- § 7º Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo.
- § 8º Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

Registro Cadastral

- Art. 87. Para os fins desta Lei, os órgãos e entidades da Administração Pública deverão utilizar o sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes, na forma disposta em regulamento.
- § 1º O sistema de registro cadastral unificado será público e deverá ser amplamente divulgado e estar permanentemente aberto aos interessados, e será obrigatória a realização de chamamento público pela internet, no mínimo anualmente, para atualização dos registros existentes e para ingresso de novos interessados.
- § 2º É proibida a exigência, pelo órgão ou entidade licitante, de registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.
- § 3º A Administração poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento.
- § 4º Na hipótese a que se refere o § 3º deste artigo, será admitido fornecedor que realize seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

Registro Cadastral

- Art. 88. Ao requerer, a qualquer tempo, inscrição no cadastro ou a sua atualização, o interessado fornecerá os elementos necessários exigidos para habilitação previstos nesta Lei.
- § 1º O inscrito, considerada sua área de atuação, será classificado por categorias, subdivididas em grupos, segundo a qualificação técnica e econômico-financeira avaliada, de acordo com regras objetivas divulgadas em sítio eletrônico oficial.
- § 2º Ao inscrito será fornecido certificado, renovável sempre que atualizar o registro.
- § 3º A atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.
- .

Registro Cadastral

- § 4º A anotação do cumprimento de obrigações pelo contratado, de que trata o § 3º deste artigo, será condicionada à implantação e à regulamentação do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, apto à realização do registro de forma objetiva, em atendimento aos princípios da impessoalidade, da igualdade, da isonomia, da publicidade e da transparência, de modo a possibilitar a implementação de medidas de incentivo aos licitantes que possuírem ótimo desempenho anotado em seu registro cadastral.
- § 5º A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro de inscrito que deixar de satisfazer exigências determinadas por esta Lei ou por regulamento.
- § 6º O interessado que requerer o cadastro na forma do caput deste artigo poderá participar de processo licitatório até a decisão da Administração, e a celebração do contrato ficará condicionada à emissão do certificado referido no § 2º deste artigo.

Recursos e impugnações do edital

- Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Recursos e impugnações do edital

- Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:
- I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
 - a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
 - b) julgamento das propostas;
 - c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
 - d) anulação ou revogação da licitação;
 - e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

Recursos e impugnações do edital

- § 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:
 - I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;
 - II - a apreciação dar-se-á em fase única.
- § 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- § 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

Recursos e impugnações do edital

- § 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:
 - I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;
 - II - a apreciação dar-se-á em fase única.
- § 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Recursos e impugnações do edital

- § 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- § 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- § 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Recursos e impugnações do edital

- Art. 166. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156 desta Lei caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- Parágrafo único. O recurso de que trata o caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Recursos e impugnações do edital

- Art. 167. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 desta Lei caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- Art. 168. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- Parágrafo único. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Prerrogativas da Administração

- Art. 104. O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:
 - I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
 - II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
 - III - fiscalizar sua execução;
 - IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
 - V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
 - a) risco à prestação de serviços essenciais;
 - b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

Contratos

- § 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- § 2º Na hipótese prevista no inciso I do caput deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

Duração dos Contratos

- Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
 - I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
 - II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
 - III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Duração dos Contratos

- § 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.
- § 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.
- Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, **respeitada a vigência máxima decenal**, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
- Art. 108. A Administração poderá celebrar **contratos com prazo de até 10 (dez) anos** nas hipóteses previstas nas alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 desta Lei.

Duração dos Contratos

- Art. 109. A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.
- Art. 110. Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de:
 - I - até 10 (dez) anos, nos contratos sem investimento;
 - II - até 35 (trinta e cinco) anos, nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

Duração dos Contratos

- Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:
 - I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
 - II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- Art. 112. Os prazos contratuais previstos nesta Lei não excluem nem revogam os prazos contratuais previstos em lei especial.

Duração dos Contratos

- Art. 113. O contrato firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado terá sua vigência máxima definida pela soma do prazo relativo ao fornecimento inicial ou à entrega da obra com o prazo relativo ao serviço de operação e manutenção, este limitado a 5 (cinco) anos contados da data de recebimento do objeto inicial, autorizada a prorrogação na forma do art. 107 desta Lei.
- Art. 114. O contrato que previr a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de 15 (quinze) anos.

Execução dos Contratos

- Art. 115. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- § 1º É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.
- § 2º (VETADO).
- § 3º (VETADO).
- § 4º (VETADO).
- § 4º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital. (Promulgação partes vetadas)

Execução dos Contratos

- § 5º Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- § 6º Nas contratações de obras, verificada a ocorrência do disposto no § 5º deste artigo por mais de 1 (um) mês, a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.
- § 7º Os textos com as informações de que trata o § 6º deste artigo deverão ser elaborados pela Administração.

Execução dos Contratos

- Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.
- Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.
- Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

Execução dos Contratos

- § 1º O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- § 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- § 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Execução dos Contratos

- § 4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:
 - I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;
 - II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.
- Art. 118. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- Art. 119. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

Execução dos Contratos

- Art. 120. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- Art. 121. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- § 1º A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º deste artigo.
- § 2º Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

Execução dos Contratos

- § 3º Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:
 - I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;
 - II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
 - III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;
 - IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;
 - V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

Execução dos Contratos

- § 4º Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo são absolutamente impenhoráveis.
- § 5º O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Execução dos Contratos

- Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.
- § 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- § 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.
- § 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Execução dos Contratos

- Art. 123. A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos por esta Lei, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.
- Parágrafo único. Salvo disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

Alteração de contrato e dos preços

- Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
 - I - unilateralmente pela Administração:
 - a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
 - b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

Alteração de contrato e dos preços

- II - por acordo entre as partes:
 - a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
 - b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
 - d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Alteração de contrato e dos preços

- § 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.
- § 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do **caput** deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Alteração de contrato e dos preços

- Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- Art. 126. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.
- Art. 127. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei.

Alteração de contrato e dos preços

- Art. 128. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.
- Art. 129. Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.
- Art. 130. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Alteração de contrato e dos preços

- Art. 131. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 desta Lei.

Alteração de contrato e dos preços

- Art. 132. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:
 - I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
 - II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;
 - III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;
 - IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

Alteração de contrato e dos preços

- Art. 134. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.
- Art. 135. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:
 - I - à data da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
 - II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

Alteração de contrato e dos preços

- § 1º A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- § 2º É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.
- § 3º A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

Alteração de contrato e dos preços

- § 4º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- § 5º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do caput deste artigo poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.
- § 6º A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

Alteração de contrato e dos preços

- Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
 - I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
 - II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
 - III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
 - IV - empenho de dotações orçamentárias.

Fim do Módulo

- A partir de agora você não está sozinho
 - Paulo Medeiros Mesquita
 - Skype: pmquita@hotmail.com
 - E-mail: paulo@lider.inf.br
 - Celular/Whatsapp: (48)99122-6721
 - Celular/Whatsapp: (48)99115-5462
 - Assessoria Jurídica: 0800-648-8666
- Ligue-me, estarei sempre disposto a ajudá-lo.